

Relatório de Desempenho de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Militar da União

2024-2025



SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Ministra- Presidente

Ministra Dra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Ministros

Ministro Vice-Presidente Ten Brig Ar Francisco Joseli Parente Camelo

Ministro Dr. Artur Vidigal de Oliveira

Ministro Dr. José Barroso Filho

Ministro Gen Ex Odilson Sampaio Benzi

Ministro Gen Ex Marco Antônio de Farias

Ministro Dr. Péricles Aurélio Lima de Queiroz

Ministro Ten Brig Ar Carlos Vuyk de Aquino

Ministro Alte Esq Leonardo Puntel

Ministro Alte Esq Celso Luiz Nazareth

Ministro Ten Brig Ar Carlos Augusto Amaral Oliveira

Ministro Alte Esq Cláudio Portugal de Viveiros

Ministro Gen Ex Lourival Carvalho Silva

Ministro Gen Ex Guido Amin Naves

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Militar da União (CPAI-JMU)

Presidente:

Juíza Federal Dr.^a Flávia Ximenes Aguiar de Sousa

Integrantes:

Analista Judiciária Atalia Fabricia Santos do Nascimento

Analista Judiciária Carolina Pereira de Araújo

Analista Judiciário Dinomar Miranda dos Santos

Analista Judiciária Elizabete Gonçalves da Silva

Técnico Judiciário Gilson Coelho Lopes

Técnico Judiciário Gonçalo Marcelino de Lira Neto

Analista Judiciário Jônatas Bueno Amorim

Analista Judiciário José Bento de Carvalho Costa

Técnica Judiciária Luzimar Ferreira Habs

Técnica Judiciária Milena Salvador Santos Tavares

Técnica Judiciária Neidy de Souza Iqueda de Araujo

Secretária da CPAI-JMU:

Carolina Pereira de Araujo - Analista Judiciária

Secretária-Geral da Presidência

Marília Ramos Chaves

Diretor-Geral

José Carlos Nader Motta

Secretário de Governança e Gestão Estratégica

Adalberto Sanches

Coordenadora de Governança e Gestão Socioambiental

Suzane Matos Pessoa

Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade

Carolina Pereira de Araujo

Jônatas Bueno Amorim

Ester da Silva Pereira Oliveira

Expediente

Conteúdo - Seção de Gestão Socioambiental
e Acessibilidade (SGSOA)

Sumário

Sumário	3
A Acessibilidade e o Planejamento Estratégico da JMU	7
Metodologia	9
Indicadores de Desempenho de Acessibilidade e Inclusão	9
1. Gestão da Acessibilidade e Inclusão	10
1.1 - MagP(PcD) - Quantidade de magistrados(as) com deficiência	10
1.2 - TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência	10
1.3 - TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência	10
1.4 TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.	10
1.5 - TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência.	11
1.6 TFAuxT (PcD) - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.	11
2. Acessibilidade em Serviços	11
2.1 Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	11
2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	12
2.3 Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.	12
2.4 QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.	12
2.5 QLibrasAux – Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.	12
2.6 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.	12
2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoas com deficiência.	13
2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.	13
2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.	13
2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.	13
2.11 ACpi – Ações de promoção da inclusão	13
2.12 QCont.Libras - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.	13
3. Acessibilidade Comunicacional	

3.1 VAccess – Quantidade de Vídeos Produzidos com Recursos de Acessibilidade.	14
3.2 MAccess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.	14
3.3. A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?	14
3.4 Proporção de eventos, presenciais ou à distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.	14
4. Acessibilidade Tecnológica	15
4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?	15
4.2 O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?	15
4.3 O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?	15
Ações Diversas de Acessibilidade e Inclusão	16
Ações de Capacitação e Sensibilização	19
Publicações em redes sociais sobre a temática da acessibilidade e inclusão	23
ANEXO I - DETALHAMENTO CAPACITAÇÕES SERVIDORES	27
ANEXO II - DETALHAMENTO CAPACITAÇÕES MAGISTRADOS	30
ANEXO III - DETALHAMENTO DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL EM EVENTOS	34
ANEXO IV - DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE STM 2024 - INDICADOR ESTRATÉGICO 7.236	
Análise do resultado consolidado do Diagnóstico de Acessibilidade STM 2024	36
Dimensão 1 - Gestão da Acessibilidade	37
Dimensão 2 - Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística	40
Dimensão 3 - Acessibilidade Comunicacional	49
Dimensão 4 - Acessibilidade em Serviços	51
Dimensão 5 - Acessibilidade Tecnológica	55

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, a acessibilidade e a inclusão têm adquirido crescente relevância institucional no STM e na JMU, refletindo um compromisso sólido com a promoção de um ambiente de trabalho e de atendimento plenamente acessível a todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas.

Esse compromisso está alinhado à Resolução CNJ nº 401/2021, que estabelece diretrizes específicas para a acessibilidade nos órgãos do Poder Judiciário. A Resolução introduziu um conjunto de indicadores de desempenho para monitoramento em diversas áreas da acessibilidade, incluindo a gestão da acessibilidade e da inclusão, acessibilidade em serviços, acessibilidade comunicacional, acessibilidade tecnológica e acessibilidade arquitetônica e urbanística.

Entre os temas trazidos pela Resolução, destacam-se a exigência de inclusão de pessoas com deficiência nos contratos de terceirização, a capacitação contínua de magistrados e servidores, e a adequação dos sistemas de informação digital para garantir acessibilidade plena. Esses esforços estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, reforçando o compromisso da Justiça Militar com uma sociedade mais inclusiva e equitativa.



Imagem 01 – Representação dos ODS 3, 4, 8 e 16: saúde, educação, trabalho decente e justiça.

No contexto da acessibilidade digital, a Resolução enfatiza a necessidade de que os portais e sistemas eletrônicos dos órgãos judiciais estejam plenamente acessíveis, em conformidade com as diretrizes internacionais da Iniciativa de Acessibilidade Web (WAI) do World Wide Web Consortium (W3C).

No âmbito arquitetônico e urbanístico, é exigido que todas as etapas de projeto, construção, reforma, ampliação ou adaptação dos edifícios dos órgãos do Poder Judiciário observem rigorosamente as normas técnicas de acessibilidade, em especial a ABNT NBR 9050:2020 e a ABNT NBR 16537:2024. Essa diretriz estabelece uma responsabilidade compartilhada entre profissionais de projeto e obra e os gestores, que devem incorporar a acessibilidade arquitetônica e urbanística como um componente essencial no planejamento e execução de obras e reformas. O princípio do Desenho Universal deve ser adotado como diretriz essencial, garantindo espaços seguros, confortáveis e acessíveis para todas as pessoas.

No STM, a Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade (SGSOA) desempenha papel fundamental na coordenação e supervisão das iniciativas voltadas à acessibilidade.

Além disso, a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da JMU (CPAI/JMU),

instituída pelo Ato STM nº 2023/2017, atua como agente estratégico na formulação e implementação de políticas de acessibilidade, orientando e monitorando continuamente os avanços na área.

O Relatório Anual de Acessibilidade 2024 tem por objetivo documentar as ações implementadas, os desafios enfrentados e os resultados alcançados no campo da acessibilidade na JMU. Além de servir como instrumento de transparência e prestação de contas, este documento também representa uma ferramenta de planejamento e aprimoramento contínuo, garantindo que as políticas e iniciativas voltadas à acessibilidade sejam constantemente aperfeiçoadas e efetivamente aplicadas.

A análise dos indicadores de desempenho e a avaliação crítica das práticas adotadas permitirão avanços progressivos rumo a um STM e uma JMU mais acessíveis, assegurando a todas as pessoas, independentemente de suas condições, pleno acesso, autonomia e segurança no uso das instalações e serviços da Justiça Militar da União.

A Acessibilidade e o Planejamento Estratégico da JMU

A Resolução STM nº 289/2020 é a norma que dispõe sobre o Planejamento Estratégico da Justiça Militar da União (PE-JMU) para o período 2021-2026.

A acessibilidade está listada na declaração de valores da instituição:

“Imparcialidade, Acessibilidade, Sustentabilidade, Comprometimento, Ética, Transparência, Celeridade, Inovação, Probidade e Economicidade.”

A questão da acessibilidade passou a fazer parte do **Mapa Estratégico** da JMU e consta entre os seis processos internos em destaque:



Imagem 02 – Mapa Estratégico da JMU: Missão, Visão, Objetivos estratégicos e Valores institucionais da Justiça Militar da União.

Os objetivos estratégicos são os resultados que a JMU pretende atingir ao final do ciclo do Planejamento Estratégico. Em outras palavras, os objetivos representam a tradução da aspiração estratégica, em termos mensuráveis e gerenciáveis, para um período definido. Dessa forma, é essencial que a JMU direcione seus esforços para atuar em objetivos factíveis. Além disso, os objetivos devem representar esforços para todo o ciclo de planejamento, e não apenas para um momento pontual, que envolva a conclusão de um evento único. Para cada uma das perspectivas no novo mapa estratégico, foram identificados os conjuntos de objetivos estratégicos que apresentam os principais desafios do STM e das Auditorias para o ciclo de 2021 a 2026. Dentre os Objetivos Estratégicos, o Objetivo nº 7, “Fortalecer a gestão da sustentabilidade e acessibilidade”, visa permitir a ampliação das ações e dos resultados práticos no campo da responsabilidade socioambiental, bem como nas políticas de acessibilidade e inclusão, em alinhamento com as normas legais, as orientações do Poder Judiciário e as melhores práticas. Este Objetivo se desdobra em dois indicadores, um para sustentabilidade e um para acessibilidade, sendo o da acessibilidade assim descrito:

“Indicador 7.2: NÍVEL DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS MÍNIMOS DE ACESSIBILIDADE: Mensura o nível de atendimento aos requisitos mínimos de acessibilidade estabelecidos para o âmbito das organizações da JMU. Baseia-se na aferição do percentual de atendimento das cinco dimensões da Acessibilidade: Gestão, Arquitetônica e Urbanística, Comunicacional,

Serviços e Tecnológica, sendo cada dimensão analisada por meio de um conjunto de requisitos verificados pelo critério binário de “atende” ou “não atende”. O indicador expressa o percentual de atendimento para toda a JMU.”

Os resultados do indicador 7.2 encontram-se no [Anexo IV](#) do presente relatório.

Metodologia

A coleta dos dados de acessibilidade e inclusão de 2024 foi realizada por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a partir das informações enviadas pelas unidades administrativas responsáveis. Foram utilizados os indicadores constantes no Anexo da Resolução do CNJ nº 401/2021, organizados em diferentes tabelas direcionadas às áreas específicas, abrangendo todas as unidades do órgão.

Para a Primeira Instância, foram enviados ofícios a todas as Auditorias e Foros do Brasil. No STM, foram encaminhados memorandos para todos os Gabinetes de Ministros, bem como para as unidades do STM ligadas ao Plenário, à Secretaria/Gabinete da Presidência e à Diretoria-Geral. Devido às particularidades de suas áreas de atuação, também foram elaborados anexos específicos para a Assessoria de Comunicação, Assessoria de Cerimonial e Medalhística, Diretoria de Pessoal, Diretoria de Administração e Diretoria de Tecnologia da Informação.

O envio dos referidos dados permitiu a verificação do panorama da acessibilidade na JMU, constituindo um ponto de partida para a elaboração de futuras séries históricas e planos de ação voltados à promoção e aprimoramento da acessibilidade.

As informações coletadas serão encaminhadas ao Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ) para a composição dos índices de acessibilidade e inclusão dos tribunais judiciários, conforme estabelecido no Anexo da Resolução do CNJ nº 401/2021.

Para fins de apuração do indicador 7.2 do Planejamento Estratégico, foram encaminhados, via SEI, às áreas competentes os checklists que integram a Cartilha da Rede de Acessibilidade.

Indicadores de Desempenho de Acessibilidade e Inclusão

A Resolução CNJ nº 401/2021 possui enfoque em cinco pilares da acessibilidade e da inclusão, conforme a seguir:

1. Gestão de acessibilidade e inclusão;
2. Acessibilidade em serviços;
3. Acessibilidade comunicacional;
4. Acessibilidade tecnológica;
5. Acessibilidade arquitetônica e urbanística.

Abaixo seguem as respostas aos indicadores constantes no Anexo da Resolução CNJ nº 401/2021. Na apuração anual, foram detectados 24 servidores com algum tipo de deficiência.

1. Gestão da Acessibilidade e Inclusão

1.1 - MagP(PcD) - Quantidade de magistrados(as) com deficiência

Definição Número total de magistrados(as) com deficiência no órgão ao final do período base, somando-se todos os graus de jurisdição. Para os Conselhos, considerar todos os Conselheiros na presente variável, independentemente de serem ou não pertencentes à magistratura

Resultado: De acordo com as informações enviadas pelas unidades, não há magistrados da JMU com algum tipo de deficiência.

1.2 - TPEft/TPI (PcD) - Quantidade de servidores(as) com deficiência

Definição: Número total de servidores(as) do quadro efetivo com deficiência. Considerar todos os servidores(as) efetivos, cedidos(as) ao órgão e requisitados(as) pelo órgão lotados ao final do período-base. Não são computados os(as) servidores(as) que saíram do órgão por cessação ou requisição e os(as) servidores(as) comissionados(as) sem vínculo.

Resultado: 24 servidores(as), sendo 12 na primeira instância.

1.3 - TPSV (PcD) - Quantidade de servidores(as) comissionados com ou sem vínculo com deficiência

Definição: Número total de servidores(as) com deficiência que possuem cargo em comissão (CC) com ou sem vínculo com o órgão.

Resultado: 4 servidores(as), sendo 1 na primeira instância.

1.4 TPFC (PcD) - Quantidade de servidores(as) com função comissionada com deficiência.

Definição: Número total de servidores(as) com função comissionada (FC) do quadro efetivo com deficiência.

Resultado: 10 servidores(as) com função comissionada, sendo 7 na primeira instância.

1.5 - TFAuxE (PcD) - Quantidade de estagiários(as) com deficiência.

Definição: Número total de estagiários(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Resultado: Nenhum estagiário com deficiência.

1.6 TFAuxT (PcD) - Quantidade de trabalhadores terceirizados(as) com deficiência.

Definição: Número total de terceirizados(as) com deficiência lotados(as) no órgão ao final do período-base.

Resultado: 12 trabalhadores(as) sendo 1 na primeira instância.

Observação: O STM tem promovido a inclusão social, contratando profissionais com deficiência para atuarem na recuperação, digitalização e tratamento da informação do acervo histórico. O projeto chegou a contar com a participação de 35 colaboradores com deficiência.

2. Acessibilidade em Serviços

2.1 Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Definição: Proporção de servidores(as), com deficiência ou não, capacitados(as) em cursos, realizados pelo órgão ou com outras instituições, nas temáticas sobre acessibilidade e inclusão em relação ao total de servidores(as) do órgão.

QS1 – Quantidade de servidores(as) (itens 1.2 + 1.3) com deficiência capacitados(as)

QS2 – Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as)

Resultado: QS1 – Quantidade de servidores (as) com deficiência capacitados(as): 3 pessoas, sendo 1 na primeira instância.

QS2 – Quantidade de servidores(as) sem deficiência capacitados(as): 263 pessoas. Serv – Total de servidores(as): 1.150

Fórmula 1: $QS1 / Serv = 3 / 1.150 = 0,26\%$

Fórmula 2: $QS2 / Serv = 263 / 1.150 = 22,87\%$

CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Foram capacitados **266** servidores de um total de 1.150= 23,13%.

Detalhamento das capacitações dos 266 Servidores - Anexo I.

Foram capacitados **13** magistrados de um total de 56= 23,21%.

Detalhamento das capacitações dos 13 Magistrados - Anexo II.

2.2 Quantidade de cursos oferecidos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.

Definição: Quantidade de cursos oferecidos pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

Resultado: 12 cursos.

2.3 Quantidade de vagas oferecidas em cursos na temática de acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no ano-base.

Definição: Quantidade de vagas ofertadas pelo órgão ou em parceria com outras instituições sobre a temática de acessibilidade e inclusão.

Resultado: 241 vagas.

2.4 QLibrasServ - Quantidade de servidores(as) do Quadro de Pessoal Capacitados em Libras no período-base.

Definição: Quantidade de servidores(as) capacitados(as) em Libras, nos termos do Decreto n o 9.656/2018 (capacitação básica). Servidores(as) = Total de pessoal do quadro efetivo + Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição + Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo.

Resultado: 3 pessoas na primeira instância.

2.5 QLibrasAux – Quantidade de pessoas do quadro auxiliar capacitadas em Libras no período-base.

Definição: Quantidade de pessoas do quadro auxiliar (terceirizados(as), estagiários(as), juizes(as) leigos(as), conciliadores(as), voluntários(as) capacitadas em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018 (capacitação básica).

Resultado: 3 pessoas, sendo 2 pessoas no STM e 1 na primeira instância.

2.6 Proporção de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Definição: Proporção da quantidade de gestores(as) capacitados(as) nas temáticas de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em relação à quantidade total de gestores(as) do órgão. Entende-se como gestor(a): servidores(as) nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão ou designados(as) para função comissionada de natureza gerencial.

Resultado: QGt – Quantidade total de gestores(as): 283

QGc - Quantidade de gestores(as) capacitados(as): 30, sendo 17 na primeira instância.

Fórmula: $QGc / QGt = 30 / 283 = 10,60\%$

2.7 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Gestão de Pessoas para o pleno atendimento de pessoas com deficiência.

Definição: Quantidade de pessoas capacitadas para o pleno atendimento (no aspecto psicossocial) de pessoas com deficiência.

Resultado: 1 servidor.

2.8 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Tecnologia da Informação capacitados(as) em normas de acessibilidade digital.

Definição: Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade digital (eliminação de barreiras na web). A acessibilidade digital pressupõe que os sítios eletrônicos sejam desenvolvidos de modo que todas as pessoas possam navegar e interagir de forma efetiva.

Resultado: 2 servidores (eMAG desenvolvedores e/ou eMAG conteudistas).

2.9 Quantidade de servidores(as) capacitados(as) na unidade de Engenharia e/ou Arquitetura capacitados(as) em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Definição: Quantidade de pessoas capacitadas em normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica.

Resultado: 9 pessoas todas do STM.

2.10 Quantidade de ações de sensibilização com objetivo de fomentar mudanças atitudinais que favoreçam a ampliação da acessibilidade e inclusão.

Definição: Quantidade de ações que promovam a sensibilização do corpo funcional, introduzindo conceitos e temas relacionados à pessoa com deficiência e desmistificando preconceitos. Exemplos: palestras, depoimentos de pessoas com deficiência, cartazes etc.

Resultado: foram publicadas 80 matérias relacionadas ao tema da acessibilidade e inclusão.

2.11 ACpi – Ações de promoção da inclusão

Definição: Quantidade de ações realizadas pelo órgão, ou em parceria com outras instituições, voltadas para atividades destinadas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, excluídas as ações de capacitação (ex: eventos destinados ao lazer, à saúde e à cultura).

Resultado: Não houve.

2.12 QCont.Libras - Proporção de contratos que envolvam atendimento ao público externo providos por pessoas aptas na comunicação em Libras em relação ao total de contratos no período-base.

Definição: Quantidade de contratos que envolvam atendimento ao público externo que possuam mão de obra qualificada para o atendimento à pessoa com surdez. Exemplos: contratos de recepcionista, segurança, brigadista e outros que prestam atendimento ao público externo.

Resultado: 2 contratos, um contrato alocou profissional capacitado em Libras

3. Acessibilidade Comunicacional

3.1 VAcess – Quantidade de Vídeos Produzidos com Recursos de Acessibilidade.

Definição: Quantidade de vídeos produzidos com recursos de acessibilidade (ex: legenda, janela de libras, audiodescrição)

Resultado: 52 vídeos

3.2 MAcess - Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível.

Definição: Quantidade de matérias jornalísticas disponibilizadas no site do órgão do Poder Judiciário em formato acessível (ex: descrição para as imagens que transmitem conteúdo, descrição de links com texto explicativo, alternativas para áudio e vídeo: legenda, transcrição textual, Libras, audiodescrição)

Resultado: 487 matérias jornalísticas

3.3. A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência?

Definição: (x) sim, quais? () não.

Resultado: Sim. A página inicial possui o sistema com recurso de voz e de libras para transcrição do conteúdo (Rybená). No entanto, o formulário de cadastramento não possui este recurso.

3.4 Proporção de eventos, presenciais ou à distância, promovidos pela instituição disponibilizados por meios de comunicação acessível em relação a quantidade de eventos totais.

Definição: Proporção de eventos promovidos pelo órgão contendo comunicação acessível para pessoas com deficiência em relação a todos os eventos promovidos no ano base.

Resultado: Quantidade de eventos com acessibilidade comunicacional 89, sendo 1 na primeira instância. Quantidade total de eventos 121. $89/121 = 73,55\%$

Nota: DETALHAMENTO DOS EVENTOS COM ACESSIBILIDADE - [Anexo III.](#)

4. Acessibilidade Tecnológica

4.1 O órgão utiliza programas para avaliar o nível de acessibilidade do seu site e de seus links?

Definição: Informar se usa programas que detectam o código HTML e analisam seu conteúdo, verificando se está ou não em acordo com o conjunto das regras estabelecidas sobre acessibilidade digital.

(X) sim, quais? () não.

Resultado: Sim. Ferramenta gratuita ASES (Avaliador e Simulador de Acessibilidades em Sítios)

Observação: Esta ferramenta (gratuita e do Governo Federal) foi utilizada a pedido da CPAI-JMU, e pela Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD) em um processo de Auditoria.

4.2 O órgão fornece alguma tecnologia assistiva que permita o uso de computadores por pessoa com deficiência visual, acentuada ou total?

Definição: Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas, tais como programa de leitor de tela, para possibilitar a utilização de computadores. Selecione mais de uma opção, se houver:

Resultado:

(X) programa leitor de tela;

(X) aplicativos associados a programas sintetizadores de voz;

(X) ferramenta de contraste;

(X) programa de ampliação de tela;

(X) outros programas; ou

() não fornece nenhum programa.

Observação: A Justiça Militar da União adota a ferramenta tecnológica assistiva Rybená no portal do STM e da JMU. Essa ferramenta permite a tradução de textos em Língua Portuguesa para Libras e voz. Essa solução promove a acessibilidade ao portal, especialmente para pessoas com deficiência intelectual, dislexia, daltonismo, deficiência visual, dificuldades de leitura e problemas de foco. O software oferece leitura fluente e em tempo real, com alta naturalidade, facilitando a navegação e a compreensão dos conteúdos disponíveis. Outras características do Rybená foram detalhadas na página 18 deste relatório.

4.3 O órgão fornece algum programa para pessoas com deficiência (público interno e/ou externo) para uso nos aplicativos de videoconferência?

Definição: Informar se o órgão oferece ao público interno e/ou externo tecnologias assistivas para possibilitar o uso de aplicativos de videoconferência.

(X) sim, quais? () não fornece.

Resultado: São utilizados os recursos de acessibilidade disponíveis nos softwares Google Meet e Zoom.

Observações:

Alguns recursos de acessibilidade do software Google Meet:

- Legendas instantâneas para que os participantes surdos ou com perda auditiva possam acompanhar o que é falado;
- Leitores de tela e lupas;
- Atalhos do teclado para a câmera e o microfone e para recursos de acessibilidade;
- Hardware de sala de reunião, na qual os usuários com perda auditiva e baixa visão podem usar o feedback falado e as legendas instantâneas.

Alguns recursos de acessibilidade do software Zoom:

- Suporte a leitores de tela comum, como NVDA, JAWS, VoiceOver e Android Talkback;
- Suporte à legendas ocultas;
- Interfaces visuais projetadas com contraste e uso de cores e tamanho de fonte adequados para garantir clareza aos usuários com várias deficiências de visão;
- As gravações na nuvem com suporte à visualização de legendas ocultas e transcrições e acessível aos leitores de tela.

Ações Diversas de Acessibilidade e Inclusão

- O STM preserva documentos históricos que narram eventos significativos da nação, como a Intentona Comunista e a 2ª Guerra Mundial. Para assegurar a preservação e o acesso público a esses registros, o STM iniciou, em outubro de 2017, o projeto "Digitalização e Restauração do Acervo Processual Histórico do STM". Este projeto visa digitalizar aproximadamente 145 mil processos judiciais datados até 1989, totalizando cerca de 2 mil metros lineares de documentos, que estarão disponíveis para consulta pública no portal do STM. Em 2018, complementando essa iniciativa, foi lançado um projeto de descrição detalhada desses processos históricos, facilitando a pesquisa e o entendimento do conteúdo por parte dos usuários.

Ambos os projetos são realizados em parceria com a Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), uma instituição sem fins lucrativos dedicada à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Por meio de contratos firmados por dispensa de licitação, conforme permitido pela legislação, o STM tem promovido a inclusão social, contratando profissionais com deficiência para atuarem na recuperação, digitalização e tratamento da informação do acervo histórico.

O projeto chegou a contar com a participação de 35 colaboradores com deficiência. Atualmente, após ajustes nas demandas de serviço, oito profissionais com deficiência continuam integrando a equipe.

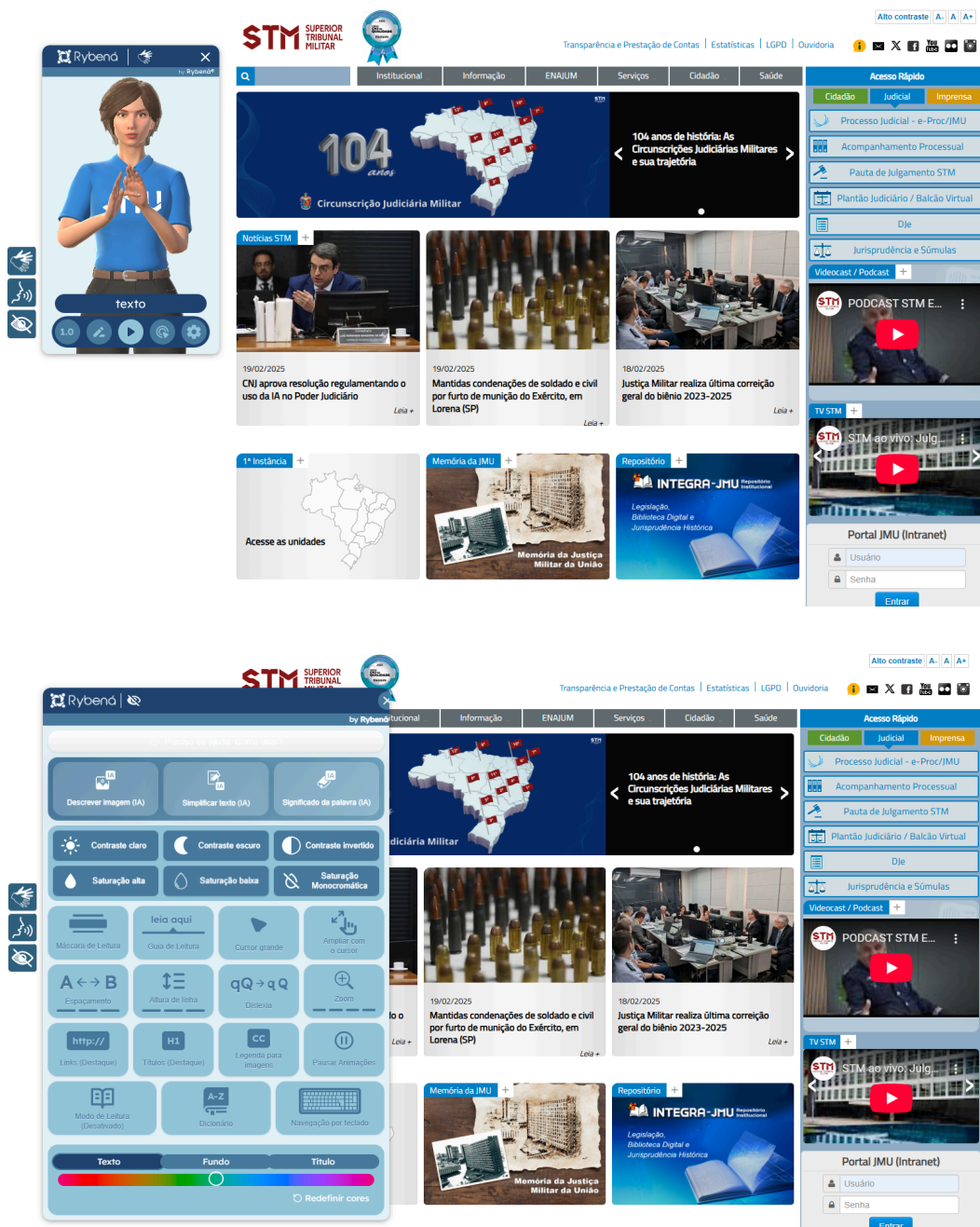
- Desde fevereiro de 2023, as sessões de julgamento do Superior Tribunal Militar passaram a contar com interpretação simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas transmissões realizadas pelo canal oficial do STM no YouTube.
- Participação ativa do STM, nas reuniões da Rede de Acessibilidade, que é fruto de acordo de cooperação técnica com diversas instituições públicas para realização de ações conjuntas e intercâmbio de informações que promovam a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência.



Imagem 03 – Reunião da Rede de Acessibilidade: Participação do STM na reunião realizada no edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho, com registro publicado nas redes sociais oficiais do STM.

Com renovação contratual efetivada em 2022, o uso do **software Rybená** para o Portal do STM foi garantido (ver imagens abaixo). Trata-se de tecnologia assistiva que traduz textos do português para Língua Brasileira de Sinais (Libras) e também faz a leitura dos textos em voz sintetizada ou voz humana. Além disso, oferece recursos facilitadores de leitura, com ajustes de texto e aparência tais como: ajustes de tamanho, formato e espaçamento de caracteres de texto, ajustes de cores, nível de contraste, máscara de leitura, pausa nas animações, navegação por teclas, dentre diversos outros recursos.

Com o uso dessa ferramenta, surdos, pessoas com deficiências intelectuais, disléxicos, idosos e outras pessoas com dificuldade de leitura podem consumir e interagir com o conteúdo do site.



Imagens 04 e 05 - Captura de tela do Portal do STM, com o software Rybená ativado

Ações de Capacitação e Sensibilização

Em 2024, no âmbito do Programa de Valorização da Primeira Instância, o Comitê de Gestão de Pessoas do STM deu continuidade à atividade vivencial "Dominó Braille", já aplicada em outras unidades em 2023. Essa dinâmica visa promover empatia e reconhecimento da diversidade, sensibilizando os participantes sobre a importância do respeito às diferenças e incentivando reflexões profundas sobre o cotidiano de pessoas com deficiência e as barreiras de comunicação enfrentadas por colegas de trabalho. Durante o ano, a iniciativa impactou significativamente 9 unidades da primeira instância, envolvendo 172 participantes.



Imagem 06 - Atividade vivencial "Dominó Braille", realizada em Belém/PA.

Em 2024 teve início o ciclo de visitas dos membros da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da JMU (CPAI-JMU) às unidades da Primeira Instância, com o objetivo de promover a capacitação sobre acessibilidade e inclusão. As primeiras visitas ocorreram nas sedes de Manaus/MA, Juiz de Fora/MG e Belém/PA, onde 69 pessoas foram capacitadas e sensibilizadas quanto à importância da inclusão e da adequação dos espaços físicos (ver imagens a seguir).



Imagens 07 e 08 - Atividade de letramento em acessibilidade realizada na Auditoria da 8ª CJM - Belém/PA.



Imagens 09 e 10 - Atividade de letramento em acessibilidade realizada na Auditoria da 4ª CJM - Juiz de Fora/MG.

Durante as visitas às unidades de Primeira Instância, os membros da CPAI-JMU iniciaram a aplicação experimental de um checklist de acessibilidade arquitetônica. Para auxiliar os servidores, que geralmente não possuem formação em engenharia ou arquitetura, foi disponibilizado também o acesso a um agente de inteligência artificial para esclarecer dúvidas.



Imagem 11 - Interface inicial do Agente de Inteligência Artificial sobre acessibilidade no STM e JMU, configurado para responder perguntas sobre acessibilidade.

Analista de Acessibilidade do STM e JMU Compartilhar

como saber se as rampas e escadas, corrimãos e barras de apoio têm dimensões e instalações de acordo com a norma vigente?

Para verificar se rampas, escadas, corrimãos e barras de apoio estão em conformidade com a norma vigente, você deve seguir os critérios estabelecidos na **NBR 9050:2020**, que é a norma técnica da ABNT que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Abaixo estão os principais requisitos para cada um desses elementos:

1. Rampas

- **Inclinação máxima:** depende do desnível:
 - Até 5 cm → 12,5%
 - Até 10 cm → 10%
 - Até 20 cm → 8,33%
 - Até 50 cm → 6,25%
 - Acima de 50 cm → 5%
- **Largura mínima:** 1,20 m
- **Piso tátil de alerta:** obrigatório antes do início e após o término da rampa
- **Patamares de descanso:**
 - A cada 9 m de percurso
 - Dimensão mínima de 1,20 m de profundidade

Envie uma mensagem para o Analista de Acessibilidade do STM e JMU

O ChatGPT pode cometer erros. Considere verificar informações importantes.

Imagem 12 - Agente de IA respondendo a uma dúvida sobre um item do checklist de acessibilidade arquitetônica.

Publicações em redes sociais sobre a temática da acessibilidade e inclusão

O STM mantém uma presença ativa nas redes sociais, divulgando conteúdos institucionais que abrangem temas como acessibilidade, inclusão, combate ao capacitismo e valorização das pessoas com deficiência. Além disso, o STM utiliza suas plataformas para compartilhar sua participação em eventos relacionados à acessibilidade e inclusão, reforçando seu compromisso com a promoção de uma sociedade mais inclusiva e consciente. Essas publicações buscam sensibilizar o público interno e externo, promovendo discussões diárias sobre acessibilidade e inclusão.

Abaixo, seguem exemplos de algumas das publicações feitas no perfil oficial do Instagram do STM ao longo do ano de 2024.



Imagem 13 - Reprodução de postagem do Instagram oficial do STM com conteúdo de sensibilização em acessibilidade e inclusão.



stm_oficial

stm_oficial O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, 21 de setembro, foi instituído por iniciativa de movimentos sociais, em 1982, e oficializado pela Lei n.º 11.133, de 14 de julho de 2005.

Essa data importante serve para destacar os direitos, as necessidades e as conquistas dessas pessoas, além de conscientizar a sociedade para inclusão e para igualdade de oportunidades.

#Acessibilidade #PraTodosVerem #PraCegoVer: este post contém descrição acessível.

Editado · 18 sem Ver tradução

Curioso por lilienefranco28 e outras pessoas

21 de setembro de 2024

Ativar o Wi-Fi

Adicione um comentário...



stm_oficial · Seguir

stm_oficial Setembro Verde é uma campanha voltada para a promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Seu objetivo principal é dar visibilidade ao tema e conscientizar a população sobre a importância de garantir direitos essenciais, como saúde, educação, trabalho, lazer e mobilidade.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) assegura que esses direitos fundamentais sejam plenamente respeitados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

#Acessibilidade #PraTodosVerem #PraCegoVer: este post contém descrição acessível.

Editado · 18 sem Ver tradução

jusintegra ✓

22 sem Responder

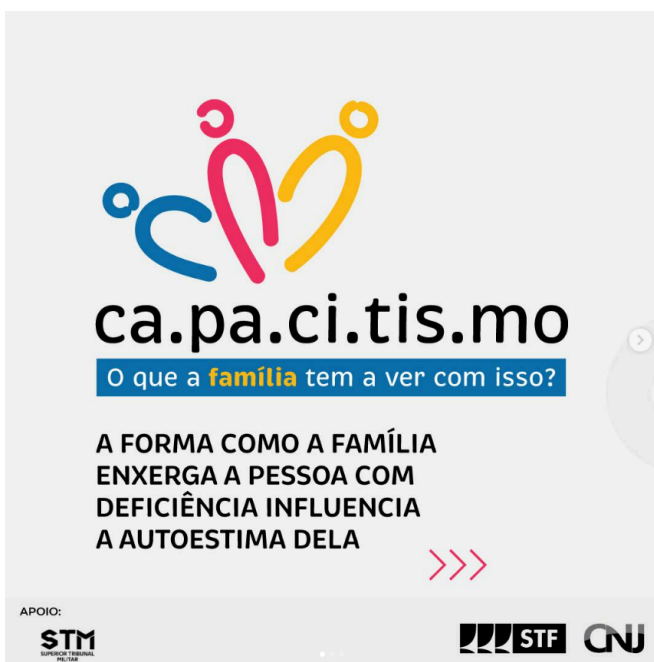
Curioso por carolina_araujobsb e outras 47 pessoas

13 de setembro de 2024

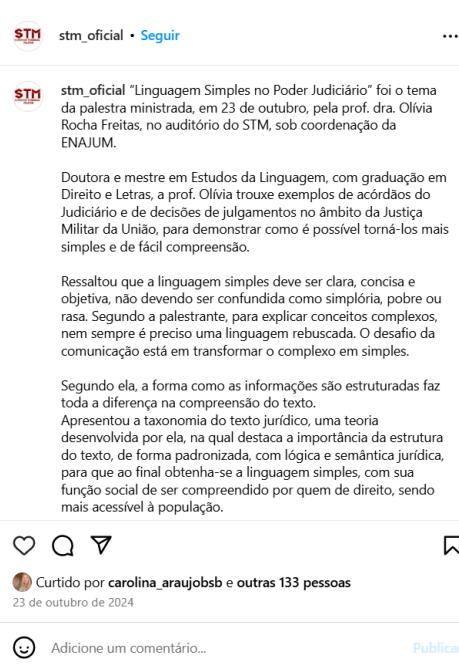
Adicione um comentário...

Publicar

Imagens 14 e 15 - Reprodução de postagem do Instagram oficial do STM com conteúdo de sensibilização em acessibilidade e inclusão



Imagens 16 e 17 - Reprodução de postagem do Instagram oficial do STM com conteúdo de sensibilização em acessibilidade e inclusão.



Imagens 18 e 19 - Reprodução de postagem do Instagram oficial do STM com conteúdo de sensibilização em acessibilidade e inclusão.

ANEXO I - DETALHAMENTO CAPACITAÇÕES SERVIDORES

TOTAL DE SERVIDORES COM E SEM DEFICIÊNCIA CAPACITADOS: 266

PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA- ATIVIDADE VIVENCIAL E DEBATE: “DOMINÓ BRAILE”

09 EVENTOS

REGISTRO FOTOGRÁFICO P. 19

DATA DAS ATIVIDADES	LOCAL	PROCESSO SEI	SERVIDORES CAPACITADOS
12 e 13/03/2024	3ª Auditoria da 1ª CJM	<u>002524/24-00.261</u>	19
14 e 15/05/2024	1ª Auditoria da 2ª CJM	<u>002526/24-00.261</u>	15
16 e 17/05/2024	Foro da 2ª CJM	<u>002528/24-00.261</u>	29
20 a 21/05/2024	2ª Auditoria da 2ª CJM	<u>002527/24-00.261</u>	18
11 e 12/04/2024	STM-SEPRESGEST	<u>006800/24-00.261</u>	12
25 e 26/04/2024	Auditoria da 5ª CJM	<u>002861/24-00.261</u>	15
16 e 17/10/2024	Auditoria da 12ª CJM	<u>018235/24-00.261</u>	20
07 e 08/11/2024	Auditoria da 4ª CJM	<u>018248/24-00.261</u>	24
03 e 04/12/2024	Auditoria da 8ª CJM	<u>018251/24-00.261</u>	20
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS			172

ATIVIDADE DE LETRAMENTO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO:

“VAMOS CONVERSAR SOBRE ACESSIBILIDADE?”

03 EVENTOS

REGISTROS FOTOGRÁFICOS P. 20 e 21

DATA DAS ATIVIDADES	LOCAL	PROCESSO SEI	SERVIDORES CAPACITADOS
15/10/2024	Auditoria da 12ª CJM	018600/24-00.083	21
06/11/2024	Auditoria da 4ª CJM	019020/24-00.083	26
02/12/2024	Auditoria da 8ª CJM	018898/24-00.083	22
TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS			69

CAPACITAÇÕES DIVERSAS DE SERVIDORES EM ACESSIBILIDADE REPORTADAS:

UNIDADE	QTDE
Secretaria do Tribunal Pleno	1
Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação	4
Secretaria de Auditoria Interna	4
Diretoria de Tecnologia e Inovação	3
Diretoria de Serviços e Saúde	9
1ª Auditoria da 3ª CJM	4
TOTAL	25

ANEXO II - DETALHAMENTO CAPACITAÇÕES MAGISTRADOS

Foram capacitados **13 Magistrados** da Justiça Militar Da União na temática, conforme detalhamento abaixo.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- Escola Virtual de Governo

CURSO: **Acessibilidade em Espaços de Uso público no Brasil.**

Nº de horas: 20

Ementa:



Módulo 1- Sobre as lutas por inclusão das pessoas com deficiência;

Módulo 2- Sobre espaços humanos, deficiência e atividades;

Módulo 3- Sobre acessibilidade e atuação profissional.

MAGISTRADO	DATA DE CONCLUSÃO	CERTIFICADO
1- Dra. Maria do Socorro Leal	30/06/2025	Certificado Doc SEI- 4415197
 Certificado registrado na Escola VirtualGov - EV.G sob o código: xF01176603326XNc Este certificado foi gerado em 30/06/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br . A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.		
2- Dr. Luiz Octávio Rabelo Neto	06/06/2025	Certificado Doc SEI- 4415208
 Certificado registrado na Escola VirtualGov - EV.G sob o código: JWG317413534CjEs Este certificado foi gerado em 06/06/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br . A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.		
3- Dr. Rodolfo Rosa Telles Menezes	28/06/2025	Certificado Doc SEI- 4415218
 Certificado registrado na Escola VirtualGov - EV.G sob o código: fDtd17726260tcyF Este certificado foi gerado em 28/06/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br . A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.		

4- Dra. Vera Lúcia da Silva Conceição	04/07/2025	Certificado Doc SEI- 4424670
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: 07QM17512183bXT0 Este certificado foi gerado em 04/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		
5- Dra. Sheyla Costa Bastos Dias	06/07/2025	Certificado Doc SEI- 4425969
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: ZyH017728757tZDn Este certificado foi gerado em 06/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		
6- Dr. Cristiano Alencar Paim	09/07/2025	Certificado Doc SEI- 4431646
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: WTQC17893507PHow Este certificado foi gerado em 09/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		
7- Dr. Hugo Magalhães Gaioso	10/07/2025	Certificado Doc SEI- 4432522
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: S3SV17874580bsb1 Este certificado foi gerado em 10/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		
8- Dr. Ricardo Vergueiro Figueiredo	15/07/2025	Certificado Doc SEI- 4438673
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: f0R617898939cNo4 Este certificado foi gerado em 15/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		

9- Dr. Wendell Petrachim Araujo	19/07/2025	Certificado Doc SEI- 4463220
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: 1i6018021980LFTn Este certificado foi gerado em 19/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		
10- Dr. Arizona Dávila Saporiti Araújo Jr.	22/07/2025	Certificado Doc SEI- 4448690
 <p>Certificate registered at Escola Virtual.Gov - EV.G under code: aEoP18017763iKvB This certificate was generated in 22/07/2025. This certificate can have its validity proven by accessing the QRCode on the left, or, if you wish, by entering the code above in the option Document Validation at the address https://www.escolavirtual.gov.br. The issue date may be earlier than the end date of the course in cases where the participant has met the minimum requirements for early approval.</p>		

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- Escola Virtual de Governo

CURSO: Acessibilidade na Comunicação.

Nº de horas: 30


Ementa:


Módulo 1- Conceito biopsicossocial, terminologia e demografia das pessoas com deficiência;

Módulo 2- Legislação e atribuição dos gestores na comunicação acessível;

Módulo 3- Recursos e Técnicas de acessibilidade na comunicação;

Módulo 4- Exemplos e práticas de comunicação acessível.

MAGISTRADO	DATA DE CONCLUSÃO	CERTIFICADO
11- Dr. Wendell Petrachim Araujo	20/07/2025	Certificado Doc SEI- 4463215
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: gSRp180220124BkX Este certificado foi gerado em 20/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		

12- Dr. Jorge Luiz de Oliveira da Silva	08/07/2025	Certificado Doc SEI- 4450625
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: ZM8717729331IV0g Este certificado foi gerado em 08/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- Escola Virtual de Governo

CURSO: Acessibilidade Em Espaços Edificados de Uso Público no Brasil.


Nº de horas: 20

Ementa:

Módulo 1- Diretrizes Gerais de Acessibilidade em Edifícios Públicos;

Módulo 2- Diretrizes Específicas de Acessibilidade em Edifícios Públicos;

Módulo 3- Sanitários, Banheiros e Vestiários.

MAGISTRADO	DATA DE CONCLUSÃO	CERTIFICADO
13- Dra. Suely Pereira Ferreira	07/07/2025	Certificado Doc SEI- 4452745
 <p>Certificado registrado na Escola Virtual.Gov - EV.G sob o código: e8rL17729140FTWL Este certificado foi gerado em 07/07/2025. O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando o código acima na opção Validação de Documentos no endereço https://www.escolavirtual.gov.br. A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.</p>		

ANEXO III - DETALHAMENTO DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL EM EVENTOS

UNIDADE QUE REPORTOU	QUANTIDADE DE EVENTOS TOTAL	QUANTIDADE DE EVENTOS COM ACESSIBILIDADE	RECURSOS DE ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL
Assessoria de Cerimonial e Medalhística	74	74	<p>Em todos os eventos internos são utilizados protocolos padronizados de acessibilidade comunicacional. Nos eventos externos são disponibilizadas as adaptações permitidas por cada dispositivo.</p> <p>Intérprete de Libras Software Leitor de Telas Audiodescrição Piso tátil (para deficientes visuais) Audiodescrição (inclusive nos elevadores) Placas de orientação em Braille Consulta prévia aos convidados, quanto às necessidades especiais, por meio de formulário Google.</p> <p>Docs. SEI 4111516 e 4322082</p>
Escola Nacional da Magistratura da Justiça Militar da União	12	2	<p>Transmissão com uso de LIBRAS:</p> <p>21 A 23 MAIO/2024 - Curso sobre Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.</p> <p>18 A 21 DE JUNHO/2024 - Simpósio Internacional Combate ao Crime Organizado</p> <p>Doc SEI: 4107882</p>

Diretoria de Gestão de Pessoas	28 Doc. SEI 4338623	12 Doc. SEI 4338575	Eventos, com consulta prévia ao público do evento sobre necessidade de acessibilidade por meio de formulário de inscrição. Doc. SEI- 4335995
--------------------------------	------------------------	------------------------	---

LISTA ANALÍTICA DOS EVENTOS REPORTADOS PELA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EVENTOS		
#	Nome	Na inscrição, possui pergunta sobre acessibilidade?
1	Ciclos de Paternidade: Heranças que queremos passar adiante - Rodas de Conversa	Sim
2	Ciclos de Paternidade: tarde de jogos	Sim
3	Curso de Averbção de Tempo de Contribuição e de Cálculo do Benefício Especial	Sim
4	II Simpósio Vozes Delas: justiça, equidade e paradigmas	Sim
5	Inteligência Artificial: Despertando a Transformação Digital na JMU	Sim
6	Mulheres nas Forças Armadas: trajetórias, desafios e horizontes.	Sim
7	Palestra de Comunicação Eficaz (estagiários)	Sim
8	Palestra em alusão ao mês de prevenção ao suicídio (Setembro Amarelo)	Sim
9	Treinamento de Conscientização Sobre Segurança Cibernética na JMU - Turma A	Sim
10	Treinamento de Conscientização Sobre Segurança Cibernética na JMU - Turma B	Sim
11	Treinamento de Conscientização Sobre Segurança Cibernética na JMU - Turma C	Sim
12	Programa de Preparação para a Aposentadoria: Longevidade e Autonomia	Sim
13	Workshops Sobre Comunicação Inclusiva	Não
14	Semana das Mães 2024 / Roda de Conversa Desenvolvendo filhos independentes: conflitos e desafios	Não
15	Roda de conversa com as servidoras da JMU	Não
16	PRA - Programa de Reciclagem Anual 2024	Não
17	Palestra Conscientização sobre segurança para mulheres	Não
18	Atuação Institucional em Relação ao Assédio e à Violência: (im)possibilidades a partir do Trabalho de uma Comissão	Não
19	Palestra: Desvendando o mistério da dor orofacial: compreendendo o bruxismo e a DTM	Não
20	Capacitação e Mentoria da metodologia ISG - Individual Simulation Game (Jogo de simulação individual)	Não
21	Oficina Prática no Sistema de Compras do Governo Federal - GOV.BR/ COMPRAS	Não
22	Curso de Proteção de Autoridade	Não
23	Curso Integrado de TESOURO GERENCIAL	Não
24	Curso Prático de Armamento e Tiro para Agentes da Polícia Judicial da JMU	Não
25	Lidera AI 2024	Não
26	Curso de Formação de Laboratoristas "Encantar: Entusiastas da Inovação"	Não
27	Curso de Formação de Laboratoristas "Encantar: Entusiastas da Inovação" - Convidados	Não
28	DTM e Dor Orofacial	Não

Eventos promovidos pelas unidades da Primeira Instância da Justiça Militar da União	7	1	Evento, com consulta prévia ao público do evento sobre necessidade de acessibilidade por meio de formulário de inscrição. Doc. SEI- 4124436
TOTAL	121 Eventos	89 Eventos com acessibilidade	73,55%

ANEXO IV - DIAGNÓSTICO DE ACESSIBILIDADE STM 2024 - INDICADOR ESTRATÉGICO 7.2

O diagnóstico sobre acessibilidade no Superior Tribunal Militar foi elaborado para compor o indicador 7.2 (Nível de atendimento aos requisitos mínimos de acessibilidade), previsto no Plano de Indicadores e Metas Estratégicas da JMU para o sexênio 2021 e 2026.

Desde 2022, o STM utiliza o Instrumento de Autoavaliação de Acessibilidade, conforme orientações da cartilha "Como Construir um Ambiente Acessível nas Organizações Públicas", elaborada pela Rede de Acessibilidade. Este instrumento avalia cinco dimensões da acessibilidade, estabelecendo um cenário ideal com critérios rigorosos para garantir a máxima inclusão. A cartilha tem o intuito de conduzir o gestor público pelos caminhos da acessibilidade, promovendo a igualdade e a cidadania como forma de garantir a inclusão social e a ativa participação das pessoas com deficiência na sociedade e pode ser acessada no link a seguir: [Acesse a Cartilha da Rede Acessibilidade \[link\]](#).

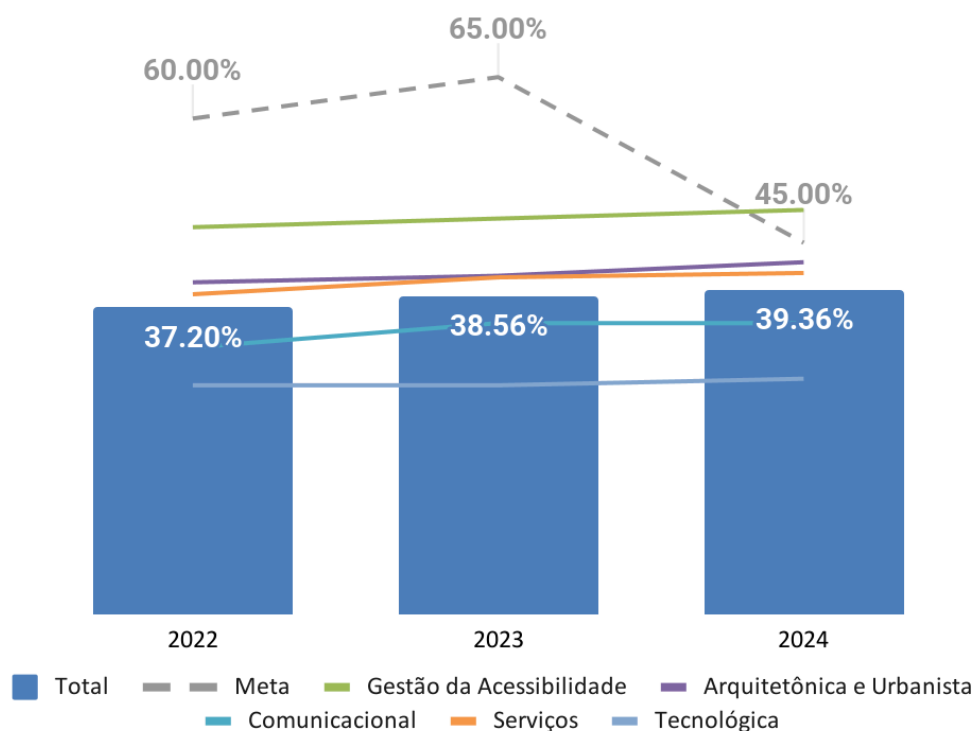
Os questionários foram enviados às unidades e consolidados pela Seção de Gestão Socioambiental e Acessibilidade (SGSOA) em janeiro de 2025. Os critérios de análise foram: "atende totalmente" (valor de 1 ponto), "atende parcialmente" (valor de 0,5 pontos), "não atende" (valor de 0 pontos) e "não se aplica" (sem valor atribuído e exclui o item da contagem geral).

Análise do resultado consolidado do Diagnóstico de Acessibilidade STM 2024

Segue abaixo tabela e gráfico com o resumo do resultado do diagnóstico. A meta do Indicador 7.2 foi ajustada no início de 2024.

Dimensões e Desempenho por ano	2022	2023	2024
Dimensão 1 - Gestão da Acessibilidade	46,88%	47,92%	48.96%
Dimensão 2 - Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística	40,22%	41,01%	42.65%
Dimensão 3 - Acessibilidade Comunicacional	32,35%	35,29%	35.29%
Dimensão 4 - Acessibilidade em Serviços	38,78%	40,82%	41.35%
Dimensão 5 - Acessibilidade Tecnológica	27,78%	27,78%	28.57%
Resultado Consolidado	37,20%	38,56%	39.36%
Meta	60%	65%	45%*

Legenda: Tabela com os percentuais de desempenho por dimensão do Diagnóstico de Acessibilidade do STM entre 2022 e 2024. O resultado consolidado mostra evolução anual, com crescimento de 37,20% para 39,36%. A meta de 2024 foi ajustada para 45%.



Imagens 20 - Gráfico com a evolução do desempenho em acessibilidade do STM de 2022 a 2024, destacando crescimento do resultado consolidado e variação entre as dimensões avaliadas.

A análise consolidada do Diagnóstico de Acessibilidade do STM em 2024 indica uma leve melhora no desempenho do Indicador 7.2, embora a meta estabelecida não tenha sido alcançada. Fatores como critérios de avaliação rigorosos, ausência de uma política formal, necessidade de modernização da infraestrutura e capacitação contínua dos envolvidos contribuíram para esse resultado.

Para aprimorar a acessibilidade na JMU, é necessário desenvolver um Plano de Acessibilidade com diretrizes claras, investir em sensibilização e capacitação, incluir pessoas com deficiência nas decisões estratégicas e aprimorar os canais de comunicação. Além disso, ajustar o método de avaliação do indicador para refletir com precisão a maturidade do STM em relação à acessibilidade é fundamental.

No início de 2025, propôs-se uma nova metodologia para a apuração do indicador 7.2, sugerindo abordar cada fase de implementação de forma sequencial e atribuir pesos conforme a relevância de cada item. Essa abordagem visa identificar prioridades e planejar ações eficazes para garantir e aprimorar as condições de acessibilidade em todas as dimensões.

Nas seções seguintes, são apresentados os resultados analíticos de cada dimensão avaliada.

Dimensão 1 - Gestão da Acessibilidade

Item	Descrição	Avaliação
1	A instituição possui política de acessibilidade formalmente instituída.	Não atende
2	A construção da política teve a participação do público interno com deficiência.	Não atende
3	A construção da política teve a participação do público externo com deficiência.	Não atende
4	A política de acessibilidade da instituição está de acordo com as principais leis e normas sobre acessibilidade (Ex.: Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão).	Não atende
5	A política de acessibilidade influencia transversalmente as decisões da instituição.	Não atende
6	A instituição possui órgão colegiado para atuar na implementação da política de acessibilidade.	Totalmente
7	O órgão colegiado de acessibilidade é formado por profissionais de áreas e unidades diversas que atuam com a questão da acessibilidade na instituição.	Totalmente
8	O órgão colegiado de acessibilidade conta com a participação de funcionários com deficiência.	Totalmente
9	Existe monitoramento da política de acessibilidade.	Não atende
10	O órgão colegiado participa das decisões de gestão e da elaboração do planejamento estratégico da instituição.	Parcialmente
11	A unidade responsável pelo controle interno da instituição fiscaliza a implementação de acessibilidade.	Parcialmente
12	A instituição realiza revisão da política de acessibilidade periodicamente.	Não atende
13	Existe um planejamento aprovado pela instituição para implementação de ações de promoção de acessibilidade.	Não atende
14	O planejamento de ações de acessibilidade está vinculado ao planejamento estratégico da instituição.	Totalmente
15	O planejamento estabelece prazos e metas de forma objetiva.	Não atende
16	Há reserva de recursos orçamentários para implementação das ações previstas no planejamento.	Não atende
17	O planejamento das ações conta com a participação de todas as unidades envolvidas em sua execução.	Não atende
18	A instituição possui unidade administrativa própria para tratar as questões de acessibilidade.	Totalmente

Item	Descrição	Avaliação
19	A unidade administrativa responsável pelas ações de acessibilidade está vinculada à alta administração da instituição.	Totalmente
20	A instituição possui canal de comunicação para recebimento de demandas de pessoas com deficiência (públicos interno e externo).	Não atende
21	A unidade responsável pela acessibilidade é chamada a opinar sobre questões relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência e nos demais assuntos conexos à acessibilidade e inclusão.	Parcialmente
22	A unidade administrativa responsável pelas ações de acessibilidade apresenta periodicamente os resultados consolidados sobre as ações de acessibilidade.	Totalmente
23	A equipe que atua na unidade administrativa responsável pela acessibilidade é capacitada.	Parcialmente
24	A instituição possui indicadores de acessibilidade.	Totalmente
25	As compras e contratações da instituição consideram critérios de acessibilidade.	Totalmente
26	A instituição promove a divulgação regular dos serviços e produtos disponíveis para as pessoas com deficiência.	Parcialmente
27	A política de acessibilidade é disponibilizada para os públicos interno e externo em local de fácil acesso.	Não atende
28	O plano de acessibilidade é disponibilizado para os públicos interno e externo em local de fácil acesso.	Não atende
29	Os resultados obtidos são disponibilizados para os públicos interno e externo em local de fácil acesso.	Parcialmente
30	Existe um plano de comunicação das ações de acessibilidade promovidas pela instituição.	Não atende
31	Existe identidade visual de acessibilidade.	Não atende
32	A instituição possui cadastro atualizado de servidores com deficiência.	Totalmente
33	A instituição possui cadastro atualizado de estagiários com deficiência	Totalmente
34	A instituição possui cadastro atualizado de menores aprendizes com deficiência.	Não se aplica
35	O cadastro detalha os tipos de deficiência e os suportes e recursos de adaptação necessários de forma individualizada.	Não atende
36	A instituição planeja as adaptações necessárias para o desenvolvimento do trabalho do funcionário com deficiência.	Totalmente
37	A instituição atende às cotas estabelecidas em lei para contratações ou processos seletivos.	Totalmente

Item	Descrição	Avaliação
38	Os funcionários com deficiência possuem prioridade na tramitação dos processos administrativos a que estão diretamente relacionados.	Totalmente
39	Os funcionários com deficiência exercem horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função ou cargo em comissão.	Totalmente
40	Os funcionários com filhos e dependentes legais com deficiência exercem horário especial, quando requerido, mesmo que possuam função de confiança ou cargo em comissão.	Totalmente
41	A instituição possui contratação específica para pessoas com deficiência.	Totalmente
42	A instituição promove eventos e campanhas informativas e educativas dirigidas ao público interno, com a finalidade de informar, conscientizar e sensibilizar quanto aos direitos, acessibilidade e inclusão social da pessoa com deficiência.	Parcialmente
43	A instituição possui programa de capacitação e sensibilização direcionado a funcionários das diferentes unidades que atenderão aos públicos interno e externo com deficiência.	Parcialmente
44	Nos eventos, encontros, cursos e palestras direcionados a altos gestores, existe algum módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência.	Parcialmente
45	Quando abordada em eventos, encontros, cursos e palestras, a temática da inclusão social da pessoa com deficiência é tratada de maneira transversal a outros assuntos de interesse da instituição.	Parcialmente
46	No programa de ambientação de novos funcionários, existe módulo relacionado à inclusão social da pessoa com deficiência.	Parcialmente
47	Os gestores e os funcionários da unidade são informados previamente sobre a chegada de colegas com deficiência.	Parcialmente
48	O tema acessibilidade é incluído transversalmente nos programas de capacitação, presenciais e a distância, inclusive com a sensibilização dos educadores e das equipes de apoio pedagógico.	Não atende
49	Existe na instituição cartilha ou manual que oriente as unidades sobre inclusão da pessoa com deficiência.	Parcialmente

Dimensão 2 - Acessibilidade Arquitetônica e Urbanística

Item	Descrição	Avaliação
1	Mobiliários em rota acessível são sinalizados com sinalização tátil e de alerta e/ou são detectáveis com bengala longa, conforme critérios da norma atual.	Parcialmente
2	As medidas necessárias para manobra e deslocamento de cadeira de rodas seguem a norma vigente.	Parcialmente
3	Existem proteções laterais ao longo de rotas acessíveis, dentro das especificações da norma vigente.	Totalmente
4	Nas rampas e escadas, corrimãos e barras de apoio têm dimensões e instalações de acordo com a norma vigente.	Parcialmente
5	Maçanetas são do tipo alavanca, com dimensões e instalação com altura e demais parâmetros conforme norma vigente.	Parcialmente
6	Barras antipânico são apropriadas ao tipo de porta em que são instaladas.	Totalmente
7	Controles, botões, teclas e similares são acionados através de pressão ou de alavanca.	Não atende
8	Travamento de portas é do tipo alavanca ou modelo tranqueta de fácil manuseio, que possa ser acionado com o dorso da mão.	Não atende
9	A instalação de comandos e controles está em altura consoante a norma vigente.	Totalmente
10	Assentos para pessoas obesas possuem medidas de acordo com a norma vigente e suportam carga dentro dos limites estabelecidos.	Parcialmente
11	As informações e sinalizações são completas, precisas e claras.	Não atende
12	Informações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos são utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos.	Parcialmente
13	Nas edificações, a sinalização de informações de sanitários, de acessos verticais e horizontais, de números de pavimentos e de rotas de fuga estão disponíveis de forma acessível.	Não atende
14	A sinalização está disposta em locais acessíveis para pessoa em cadeira de rodas, com deficiência visual, entre outros usuários, de tal forma que possa ser compreendida por todos.	Não atende
15	O local determinado para posicionamento do intérprete de Libras está identificado com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva.	Não atende
16	O símbolo internacional de acesso está afixado em local visível ao público, de acordo com as normas vigentes.	Não atende
17	Planos e mapas acessíveis permitem acesso, alcance visual e manual.	Parcialmente
18	Corrimãos de escadas fixas e rampas têm sinalização tátil identificando o pavimento.	Parcialmente
19	Existe sinalização nos degraus de escadas dentro dos padrões normativos.	Parcialmente
20	Existem informações em relevo e em braille nos painéis de elevadores e plataformas elevatórias.	Totalmente

Item	Descrição	Avaliação
21	O número do pavimento é localizado nos batentes externos dos elevadores e plataformas elevatórias, em relevo e em braille.	Não atende
22	Existe sinalização tátil e visual no piso, de acordo com a norma vigente.	Parcialmente
23	A sinalização tátil e visual do piso é detectável pelo contraste tátil e pelo visual.	Parcialmente
24	Há sinalização tátil e visual no piso para identificação dos locais definidos nas normas vigentes.	Parcialmente
25	Existe sinalização de emergência que direciona o usuário por meio de sinais (visuais, táteis e sonoros) para a saída, saída de emergência ou rota de fuga.	Parcialmente
26	Há sinalização de área de resgate para pessoas com deficiência, dentro das especificações da norma vigente.	Não atende
27	A sinalização de vaga reservada para veículo é realizada com o símbolo internacional de acesso ou a descrição de idoso, aplicado na vertical.	Não atende
28	Existem alarmes de fácil acesso em áreas interna e externa de espaços confinados, como sanitários acessíveis, boxes, cabines e vestiários isolados.	Não atende
29	Áreas de qualquer espaço ou edificação de uso público ou coletivo são servidas de uma ou mais rotas acessíveis.	Totalmente
30	A rota acessível, na instituição, é um trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos e internos de espaços e edificações.	Parcialmente
31	Todas as rotas acessíveis são providas de iluminação natural ou artificial.	Totalmente
32	A acessibilidade está garantida em todas as entradas e principais rotas de interligação às funções do complexo/edificação da instituição.	Parcialmente
33	O percurso entre o estacionamento de veículos e a(s) entrada(s) principal(is) compõe uma rota acessível.	Parcialmente
34	Pelo menos uma catraca em cada conjunto está acessível e garante ao usuário acesso, manobra, circulação e aproximação para o manuseio do equipamento com autonomia.	Parcialmente
35	Caso existam portas giratórias, as dimensões entre as pás são compatíveis com as medidas necessárias para deslocamento de cadeira de rodas.	Não se aplica
36	Existe sinalização informativa e direcional de localização das entradas e saídas acessíveis.	Não atende
37	O piso tem superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoca trepidação em dispositivos com rodas.	Parcialmente
38	Soleiras das portas ou vãos de passagem que apresentem desníveis de no máximo um degrau têm parte de sua extensão substituída por rampa.	Parcialmente
39	Grelhas e juntas de dilatação estão fora do fluxo principal de circulação.	Totalmente

Item	Descrição	Avaliação
40	Capachos são evitados, mas, caso presentes, estão firmemente fixados ao piso, embutidos, sobrepostos ou nivelados conforme norma vigente.	Totalmente
41	Tampas de caixa de inspeção e visita estão niveladas com o piso adjacente, firmes, estáveis, antiderrapantes e fora do fluxo principal.	Não se aplica
42	As portas de corredores, acessos, áreas de resgate, escadas de emergência e descargas integrantes de rotas de fuga acessíveis são dotadas de barras antipânico.	Totalmente
43	As rotas de fuga estão sinalizadas e iluminadas com dispositivos de balizamento.	Não atende
44	Nas rotas de fuga que incorporem escadas/ elevadores de emergência, há áreas de resgate com espaço reservado e demarcado para pessoas com cadeiras de rodas.	Não atende
45	É previsto um espaço de resgate a cada 500 pessoas de lotação, por pavimento, sendo no mínimo 1 por pavimento para cada escada e para cada elevador de emergência.	Não atende
46	A área de resgate está localizada fora do fluxo principal de circulação.	Não atende
47	A área de resgate dispõe de espaço suficiente para a área de manobra e rotação e é ventilada.	Não atende
48	A área de resgate é provida de dispositivo de emergência ou intercomunicador.	Não atende
49	Nas edificações em que não é possível estabelecer área de resgate, há plano de fuga com os procedimentos de resgate para pessoas com diferentes tipos de deficiência.	Não atende
50	As áreas de descanso estão fora da faixa de circulação.	Parcialmente
51	As áreas de descanso têm dimensões que permitem a manobra de cadeira de rodas.	Parcialmente
52	Existem bancos com encosto e braços nas áreas de descanso.	Parcialmente
53	O dimensionamento de largura, inclinação e desnível das rampas atendem aos limites definidos na norma atual.	Totalmente
54	Toda rampa possui corrimão de duas alturas em cada lado.	Parcialmente
55	Quando não há paredes laterais, as rampas possuem guarda-corpo, corrimãos e guias de balizamento com altura mínima que obedece à legislação pertinente, instalados ou construídos nos limites da largura da rampa.	Parcialmente
56	Os patamares no início e no término das rampas têm dimensão longitudinal mínima que atendem aos limites da norma.	Totalmente
57	Quando existe porta nos patamares, sua área de varredura não interfere na dimensão mínima do patamar.	Parcialmente
58	Os degraus ou escadas em rotas acessíveis estão associados a rampas ou equipamentos eletromecânicos de transporte vertical.	Totalmente
59	Os espelhos dos degraus são fechados, ou seja, não são vazados.	Totalmente
60	Degraus isolados contêm corrimão, estão sinalizados e seguem o dimensionamento da norma vigente.	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
61	Degraus da escada possuem espelho e piso com dimensionamento que atende ao disposto em norma.	Totalmente
62	Escadas têm guia de balizamento e a largura mínima dentro dos padrões da norma atual.	Não se aplica
63	O primeiro e o último degraus dos lances de escada estão sinalizados e com a distância mínima (que atende à norma) da área de circulação adjacente.	Parcialmente
64	Entre os lances de escada, são previstos patamares com dimensão longitudinal que atende à norma vigente.	Parcialmente
65	Os patamares situados em mudanças de direção têm dimensões iguais à largura da escada.	Totalmente
66	Em escadas e rampas, corrimãos são acoplados aos guarda-corpos, construídos com materiais rígidos e firmemente fixados às paredes ou às barras de suporte.	Parcialmente
67	Corrimãos estão instalados em ambos os lados da escada, conforme a altura da norma vigente.	Não atende
68	Corrimãos estão instalados em ambos os lados da rampa, conforme a altura da norma vigente.	Não atende
69	Corrimãos laterais são contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas e rampas e sem interferir nas áreas de circulação ou prejudicar a vazão.	Não atende
70	Extremidades dos corrimãos têm acabamento recurvado, são fixadas ou justapostas à parede ou ao piso, ou, ainda, têm desenho contínuo, sem protuberâncias.	Não atende
71	Em escadas e rampas, caso não haja paredes laterais, existe guia de balizamento e guarda-corpo.	Não atende
72	Em escadas e rampas, corrimãos têm largura conforme norma vigente e são de seção circular.	Não atende
73	Em degraus isolados e escadas, a altura da instalação dos corrimãos está de acordo com a norma vigente.	Não atende
74	Em rampas, a altura da instalação dos corrimãos laterais está de acordo com a norma vigente.	Parcialmente
75	Escadas e rampas que não estão isoladas das áreas adjacentes por paredes que possuem guarda-corpo associado ao corrimão.	Não atende
76	Equipamentos eletromecânicos de circulação vertical (elevadores e plataformas) possuem dispositivo de comunicação externo à caixa de corrida, em cada um dos pavimentos atendidos.	Não atende
77	Externa e internamente nos elevadores existe: sinalização tátil e visual informando instrução de uso, próximo à botoeira; indicação da posição de embarque e desembarque; indicação dos pavimentos atendidos nas botoeiras e nos batentes; dispositivo de chamada dentro do alcance manual.	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
78	Em elevadores verticais ou inclinados, existe dispositivo de comunicação para solicitação de auxílio nos pavimentos e no equipamento.	Totalmente
79	Em caso de reforma, existe no edifício outra forma de circulação vertical acessível.	Totalmente
80	Sinalização de elevadores e plataformas elevatórias têm em seus painéis de chamada informações em relevo e em braille.	Parcialmente
81	O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em braille.	Não atende
82	O tempo mínimo de permanência da porta aberta do elevador é de 5 segundos.	Não atende
83	A dimensão entre os painéis frontal e de fundo está de acordo com a norma vigente.	Totalmente
84	Em elevadores, existe corrimão instalado nos painéis laterais e no de fundo, em altura de acordo com a norma vigente.	Totalmente
85	O projeto da cabina do elevador permite a opção de inclusão de um assento basculante para baixo.	Não atende
86	O assento basculante não impede a utilização do elevador por parte da pessoa que estiver usando o assento ou os outros passageiros.	Não se aplica
87	O assento basculante tem características conforme norma vigente e suporta carga mínima de 100kg.	Não se aplica
88	Existe dispositivo que permite ao usuário de cadeira de rodas observar obstáculos quando se mover para trás ao sair do elevador.	Não atende
89	Em condições normais de funcionamento, a exatidão de nivelamento da cabina do elevador em cada pavimento segue as normas vigentes.	Totalmente
90	A distância horizontal entre a soleira do elevador e a soleira do pavimento não excede o estipulado em norma vigente quando o elevador estiver parado com as portas abertas em qualquer pavimento.	Totalmente
91	Em elevadores, existe indicador de sentido luminoso acima ou pelo das portas, em posição visível, indicando o sentido da viagem.	Totalmente
92	Em elevadores, sinal audível acompanha a iluminação dos indicadores e utiliza sons diferentes para subir e descer.	Não atende
93	Em elevadores, indicador de posição está localizado dentro ou acima da botoeira da cabina.	Totalmente
94	Em elevadores, existe dispositivo de alarme de emergência equipado com sinais visíveis e audíveis, integrados à ou sobre a botoeira.	Totalmente
95	Em elevadores, o revestimento do piso da cabina tem superfície dura e antiderrapante.	Não atende
96	A porta do elevador permite o acesso de uma pessoa em cadeira de rodas.	Totalmente
97	Os auditórios e similares, incluindo locais de eventos temporários, mesmo que para público em pé, possuem, na área destinada ao público, espaços reservados para pessoa com deficiência ou com	Parcialmente

Item	Descrição	Avaliação
	mobilidade reduzida, atendendo às condições exigidas pela norma vigente.	
98	Corredores estão dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, com faixa livre de barreiras ou obstáculos, conforme a norma vigente.	Parcialmente
99	Sinalização de portas e passagens está localizada em plano vertical, na faixa de alcance conforme norma vigente.	Parcialmente
100	Existe informação tátil ou sonora na parede adjacente à porta ou no batente.	Não atende
101	Nas passagens, a sinalização da porta está instalada na parede adjacente.	Parcialmente
102	Elementos de sinalização da porta têm formas que não agridem os usuários, evitando cantos vivos e arestas cortantes.	Totalmente
103	Os equipamentos de controle de acesso são sinalizados, assegurando a autonomia do usuário.	Não atende
104	As portas dos sanitários e vestiários possuem, no lado oposto ao de abertura da porta, um puxador horizontal, associado à maçaneta.	Não atende
105	Caso existam portas de correr, seus trilhos estão localizados na parte superior e os trilhos e guias inferiores estão nivelados com a superfície do piso.	Totalmente
106	Caso existam portas e paredes envidraçadas em áreas de circulação, estas estão localizadas com sinalização visual de forma contínua.	Totalmente
107	Cada folha ou módulo de janela é operado com um único movimento, utilizando apenas uma das mãos.	Totalmente
108	A calçada tem uma faixa livre destinada à circulação de pedestres, com superfície regular, firme, sem obstáculos e sem degraus.	Não atende
109	O acesso de veículos aos lotes e seus espaços de circulação e estacionamento não interfere na faixa livre de circulação de pedestres, inclusive sem degraus, desníveis ou rampas.	Não atende
110	Faixa elevada atende à norma vigente.	Não atende
111	Não há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável.	Não atende
112	No que diz respeito às condições de vagas reservadas para veículos, a sinalização vertical não interfere com áreas de acesso ao veículo e na circulação dos pedestres.	Não atende
113	As vagas para estacionamento de idosos estão posicionadas próximo às entradas, garantindo o menor percurso de deslocamento.	Não atende
114	As vagas para estacionamento de pessoas com deficiência têm sinalização vertical, espaço adicional de circulação, vinculada à rota acessível, localizada de forma a evitar a circulação de veículos, com piso regular e estável e o percurso máximo entre a vaga e o acesso à edificação ou elevadores de acordo com a norma vigente.	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
115	Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou coletivo, são reservados os percentuais das vagas para pessoas idosas e para pessoas com deficiência ou com dificuldade de locomoção conforme norma vigente.	Não atende
116	Portões de acesso a garagens manuais ou de acionamento automático funcionam de forma a não invadir a faixa livre de circulação de pedestres e contam com sistema de sinalização.	Não atende
117	Existe no mínimo um sanitário ou banheiro acessível por andar, em espaços de uso público ou coletivo.	Totalmente
118	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão em rotas acessíveis, próximo à circulação principal.	Totalmente
119	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis estão devidamente sinalizados com o símbolo internacional de acesso, afixado em local visível ao público.	Parcialmente
120	Os sanitários, banheiros e vestiários acessíveis possuem uma entrada independente, de modo a possibilitar que a pessoa com deficiência possa utilizar a instalação sanitária acompanhada de uma pessoa do sexo oposto.	Parcialmente
121	Existem dispositivos de sinalização de emergência em sanitários, banheiros e vestiários acessíveis.	Não atende
122	As dimensões e demais características do sanitário e do boxe acessível atendem à norma vigente.	Parcialmente
123	Nos sanitários, existem barras de apoio laterais, com dimensões e especificações conforme norma vigente.	Parcialmente
124	Nos sanitários, o acionamento da válvula de descarga está em altura conforme norma vigente e é preferencialmente acionada por sensores eletrônicos ou dispositivos equivalentes.	Parcialmente
125	Nos sanitários, há barras de apoio horizontais ou verticais nos lavatórios, uma de cada lado.	Não atende
126	Lavatórios possuem torneiras acionadas por alavancas ou sensores eletrônicos ou equivalentes.	Parcialmente
127	Papeleiras de embutir e de sobrepor estão alinhadas à borda frontal da bacia sanitária.	Não atende
128	Existe cabide junto a lavatórios, boxes de chuveiro, bancos de vestiários, trocadores e boxes de bacias sanitárias.	Parcialmente
129	A instalação e a fixação de espelhos atendem à norma vigente.	Parcialmente
130	A distribuição de aparelhos e peças nos banheiros permite a utilização por um usuário em cadeira de rodas e há área livre lateral ao vaso sanitário para transferência da pessoa da cadeira de rodas para o vaso.	Totalmente
131	Bebedouros de bica são do tipo jato inclinado, instalados com no mínimo duas alturas diferentes de bica, que se localizam no lado frontal do bebedouro e permitem a utilização por meio de copos.	Não se aplica

Item	Descrição	Avaliação
132	Bebedouros de garrafão e outros modelos estão localizados de forma a permitir aproximação lateral da P.C.R. e possuem altura acessível de acordo com a norma vigente.	Não atende
133	Lixeiras e contentores para reciclados estão localizados fora das faixas livres de circulação, garantindo espaço para aproximação de pessoa em cadeira de rodas e altura que permita o alcance manual do maior número de pessoas.	Totalmente
134	O plantio e manejo da vegetação garantem que os elementos (raízes, ramos, galhos de arbustos e árvores) e suas proteções (muretas, grades ou desníveis) não interfiram nas rotas acessíveis e em áreas de circulação de pedestres.	Parcialmente
135	Nas áreas adjacentes às rotas acessíveis e a áreas de circulação de pedestres, a vegetação não apresenta espinhos, raízes e princípios tóxicos perigosos que prejudiquem o pavimento.	Totalmente
136	Assentos públicos apresentam dimensões de acordo com a norma vigente.	Não se aplica
137	Assentos públicos estão implantados sobre superfície nivelada com o piso adjacente.	Não se aplica
138	Garante-se um módulo de referência ao lado dos assentos fixos, sem interferir com a faixa livre de circulação.	Não se aplica
139	Balcões de atendimento acessíveis são facilmente identificados, estão localizados em rotas acessíveis e têm as dimensões de acordo com a norma vigente.	Não atende
140	Balcões de atendimento acessíveis garantem um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal.	Não atende
141	Em balcões de atendimento, está assegurada altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob o balcão.	Não atende
142	As mesas ou superfícies de trabalho acessíveis garantem um módulo de referência posicionado para aproximação frontal e têm dimensões que atendem à norma vigente.	Totalmente
143	Em mesas ou superfícies de trabalho, está assegurada altura livre sob o tampo de modo que a pessoa em cadeira de rodas tenha a possibilidade de avançar sob a mesa ou a superfície.	Totalmente
144	Nos equipamentos de controle de acesso através de catracas ou outras formas semelhantes de bloqueio, existem dispositivos, passagens, portas ou portões com vão livres dentro das dimensões especificadas na norma vigente.	Parcialmente
145	Os auditórios e similares, incluindo locais de eventos temporários, mesmo que para público em pé, possuem, na área destinada ao público, espaços reservados para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, atendendo às condições exigidas pela norma vigente.	Não atende

Dimensão 3 - Acessibilidade Comunicacional

Item	Descrição	Avaliação
1	O serviço de radiodifusão de sons e imagens da instituição disponibiliza legenda oculta para telespectadores com deficiência auditiva.	Não atende
2	O serviço de radiodifusão de sons e imagens da instituição disponibiliza janela com intérprete de Libras para telespectadores com deficiência auditiva.	Totalmente
3	O serviço de radiodifusão de sons e imagens da instituição disponibiliza audiodescrição para telespectadores com deficiência visual.	Não atende
4	As publicações produzidas pela instituição são disponibilizadas em formatos acessíveis.	Não atende
5	A instituição oferece recursos que tornem acessíveis os conteúdos de publicações.	Parcialmente
6	Nos eventos promovidos pela instituição são oferecidos serviços de interpretação de Libras para pessoas com deficiência auditiva.	Totalmente
7	Nos eventos promovidos pela instituição são oferecidos serviços de legendagem em tempo real para pessoas com deficiência auditiva.	Não atende
8	Nos eventos promovidos pela instituição são oferecidos serviços de audiodescrição para pessoas com deficiência auditiva.	Não atende
9	Há sinalização tátil nas áreas de circulação da instituição.	Parcialmente
10	Há sinalização em braille nas áreas de circulação da instituição.	Parcialmente
11	Os elevadores da instituição possuem sonorização.	Totalmente
12	Os elevadores da instituição possuem sinalização tátil.	Totalmente
13	A ouvidoria da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência.	Não atende
14	A central de atendimento da instituição disponibiliza formas de comunicação alternativas acessíveis para atendimento ao público com deficiência.	Não atende
15	A instituição possui telefone adaptado para chamada de vídeo (inclusive intermediação por intérprete de Libras) e chat para comunicação com pessoas surdas.	Parcialmente
16	A instituição possui sinalização de emergência sonora e luminosa.	Não atende
17	A instituição possui serviço de impressão em braille.	Não atende

Dimensão 4 - Acessibilidade em Serviços

Item	Descrição	Avaliação
1	Nos processos seletivos, existe na instituição equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência dos candidatos que informam tal condição, de acordo com os normativos vigentes.	Totalmente
2	Nos processos seletivos, a instituição garante as adaptações necessárias para o atendimento em condições de igualdade a candidatos com deficiência. (Sítio eletrônico adaptado, reserva de vagas, edital e formulário de inscrição acessíveis, atendimento diferenciado, mobilidade urbana que garanta o acesso aos locais de provas, ambiente de prova e entorno acessíveis, mobiliário adaptado, fornecimento de recursos de tecnologia assistiva, provas teóricas e práticas adaptadas, fornecimento de tempo adicional, sala separada e outros tipos de apoio).	Totalmente
3	Existe na instituição equipe multiprofissional e interdisciplinar para avaliação da deficiência e da funcionalidade dos funcionários em relação às atribuições do cargo.	Parcialmente
4	A instituição promove adaptações no ambiente de trabalho para atender às necessidades de funcionários com deficiência.	Totalmente
5	A instituição disponibiliza suportes individualizados para atender às necessidades de funcionários com deficiência.	Totalmente
6	São realizadas avaliações periódicas do funcionário com deficiência.	Parcialmente
7	A instituição respeita o perfil vocacional e o interesse dos funcionários com deficiência quando de sua inclusão profissional.	Totalmente
8	São dadas oportunidades ao funcionário com deficiência de exercer o cargo em comissão ou função de confiança, em igualdade de condições com os demais funcionários.	Totalmente
9	Os funcionários de um determinado local de trabalho são capacitados para receber colegas com deficiência.	Não atende
10	A instituição fornece transporte em igualdade de condições para todos os funcionários.	Não atende
11	A instituição oferece aos funcionários com deficiência a oportunidade de acesso, participação, permanência e aprendizagem em programas e cursos de formação, capacitação e educação continuada.	Parcialmente
12	Nos programas e cursos de formação e capacitação presenciais, a instituição realiza as adaptações necessárias para garantir atendimento em condições de igualdade a pessoas com deficiência.	Parcialmente
13	Nos programas e cursos de formação e capacitação a distância, a instituição realiza as adaptações necessárias para garantir atendimento	Parcialmente

Item	Descrição	Avaliação
	em condições de igualdade a pessoas com deficiência.	
14	A equipe de brigadistas está capacitada para prestar atendimento adequado às pessoas com deficiência em situações de emergência e pânico.	Totalmente
15	A equipe de brigadistas tem informações sobre a localização dos funcionários com deficiência, de modo a atendê-los com prioridade em situações de emergência e pânico.	Não atende
16	Nos balcões de atendimento ao público, é oferecido atendimento preferencial para as pessoas com deficiência.	Parcialmente
17	Nos balcões de atendimento ao público, os atendentes estão capacitados para prestar atendimento diferenciado às pessoas com deficiência.	Parcialmente
18	Nos balcões de atendimento ao público, são oferecidos equipamentos (cadeiras de rodas, triciclos ou cadeiras motorizadas) para facilitar os deslocamentos de pessoas com mobilidade reduzida.	Parcialmente
19	Nos balcões de atendimento ao público, há atendentes capacitados em Libras.	Não atende
20	Os balcões de atendimento ao público são rebaixados e possuem área de aproximação frontal para usuários em cadeiras de rodas.	Parcialmente
21	As unidades de pesquisa oferecem atendimento com deficiência.	Parcialmente
22	As unidades de pesquisa possuem recursos de tecnologia assistiva destinados ao uso do público com deficiência.	Não atende
23	A biblioteca disponibiliza publicações em formatos alternativos acessíveis.	Parcialmente
24	Na biblioteca existem mesas reservadas para pessoas com deficiência.	Parcialmente
25	Nas unidades de pesquisa, o mobiliário e os equipamentos são dispostos de modo a facilitar os deslocamentos de pessoas com deficiência física e visual.	Parcialmente
26	Os restaurantes e as lanchonetes possuem atendimento preferencial ao público com deficiência.	Parcialmente
27	Nos restaurantes e nas lanchonetes, é oferecido atendimento prioritário ao público com deficiência.	Parcialmente
28	Nos restaurantes e nas lanchonetes, os alimentos são dispostos de maneira a oferecer autonomia às pessoas com deficiência.	Não atende
29	Nos restaurantes e nas lanchonetes, existem cardápios visual e em braille.	Não atende
30	Nos restaurantes e nas lanchonetes, existem mesas reservadas para pessoas com deficiência.	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
31	Nos restaurantes e nas lanchonetes, o mobiliário e os equipamentos são dispostos de modo a facilitar o deslocamento de pessoas com deficiência física e visual.	Não atende
32	Os eventos promovidos pela instituição são divulgados por meios de comunicação acessíveis.	Parcialmente
33	Existe um canal de comunicação pelo qual o público com deficiência manifesta à instituição sua intenção de participar de evento ou atividade e solicitar os recursos de acessibilidade de que necessita.	Totalmente
34	Os locais onde acontecem os eventos são equipados com recursos de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência.	Não atende
35	Nos eventos promovidos pela instituição, são oferecidos serviços de interpretação de Libras para pessoas com deficiência auditiva.	Totalmente
36	Nos eventos promovidos pela instituição, são oferecidos serviços de legendagem em tempo real para pessoas com deficiência auditiva.	Não atende
37	Nos eventos promovidos pela instituição, são oferecidos serviços de audiodescrição para pessoas com deficiência visual.	Não atende
38	Quando transmitidos pela Internet, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com interpretação de Libras para o público com deficiência auditiva.	Totalmente
39	Quando transmitidos pela Internet, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com legenda em tempo real para o público com deficiência auditiva.	Não atende
40	Quando transmitidos pela Internet, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com deficiência visual.	Não atende
41	Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com interpretação de Libras para o público com deficiência auditiva.	Totalmente
42	Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com legenda em tempo real para o público com deficiência auditiva.	Não atende
43	Quando transmitidos pela televisão, os eventos promovidos pela instituição são disponibilizados com recurso de audiodescrição para o público com deficiência visual.	Não atende
44	Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, são disponibilizadas informações em formatos alternativos acessíveis.	Não atende
45	Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, é disponibilizada a audiodescrição das obras de arte.	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
46	Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, são oferecidos serviços de guia/condutor para pessoas com deficiência visual.	Não atende
47	Em exposições e outros eventos culturais promovidos pela instituição, são oferecidos serviços de intérprete de Libras para pessoas com deficiência auditiva.	Totalmente
48	Nas situações em que a instituição é aberta à visitação, é disponibilizado atendimento por intérpretes de Libras a pessoas com deficiência auditiva.	Não atende
49	Nas situações em que a instituição é aberta � visitação, é disponibilizado o atendimento por guia/condutor.	Parcialmente
50	Nas situações em que a instituição é aberta � visitação, é disponibilizada a audiodescrição de monumentos e obras de arte.	Parcialmente
51	Nas situações em que a instituição é aberta � visitação, são disponibilizadas informações em formatos alternativos acessíveis.	Não atende
52	Nas situações em que a instituição é aberta � visitação, são disponibilizados equipamentos para facilitar os deslocamentos de pessoas com mobilidade reduzida.	Parcialmente

Dimensão 5 - Acessibilidade Tecnológica

Item	Descrição	Avaliação
1	Todo o conteúdo não textual que é exibido ao usuário tem uma alternativa textual que serve a um propósito equivalente, exceto para as situações indicadas abaixo.	Parcialmente
2	É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo, que apresenta informação equivalente para o conteúdo composto por apenas áudio pré-gravado.	Não atende
3	É fornecida uma alternativa em mídia com base em tempo ou uma faixa de áudio que apresenta informação equivalente para o conteúdo apenas de vídeo pré-gravado.	Não atende
4	São fornecidas legendas para todo conteúdo de áudio pré-gravado em mídia sincronizada, exceto quando a mídia for uma alternativa para texto e for claramente identificada como tal.	Não atende
5	Uma alternativa para mídia com base em tempo ou uma audiodescrição do conteúdo em vídeo pré-gravado é fornecida para mídia sincronizada, exceto quando a mídia é uma alternativa ao texto e for claramente identificada como tal.	Não atende
6	São fornecidas legendas para todo o conteúdo do áudio ao vivo existente em mídia sincronizada.	Não atende
7	É fornecida audiodescrição para todo o conteúdo de vídeo pré-gravado existente em mídia sincronizada.	Não atende
8	É fornecida interpretação em língua de sinais para todo o conteúdo de áudio pré-gravado existente em um conteúdo em mídia sincronizada.	Parcialmente
9	Quando as pausas no áudio de primeiro plano forem insuficientes para permitir que as audiodescrições transmitam o sentido do vídeo, é fornecida uma audiodescrição estendida para todo o vídeo pré-gravado existente no conteúdo em mídia sincronizada.	Não atende
10	É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo para a todo o conteúdo existente em mídia sincronizada pré-gravada e para a todo o conteúdo multimídia composto por apenas vídeo pré-gravado.	Não atende
11	É fornecida uma alternativa para mídia com base em tempo que apresenta informações equivalentes para conteúdo apenas em áudio ao vivo.	Não atende
12	As informações, a estrutura e os relacionamentos transmitidos através de apresentação podem ser determinados por meio de código de programação ou estão disponíveis no texto.	Não atende
13	Quando a sequência na qual o conteúdo é apresentado afeta o seu significado, uma sequência de leitura correta pode ser determinada	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
	por meio de código de programação.	
14	As instruções fornecidas para compreender e utilizar o conteúdo não dependem somente das características sensoriais dos componentes, tais como forma, tamanho, localização visual, orientação ou som.	Não atende
15	A cor não é utilizada como o único meio visual de transmitir informações, indicar uma ação, pedir uma resposta ou distinguir um elemento visual.	Não atende
16	Se qualquer áudio em uma página web tocar automaticamente por mais de 3 segundos, deve estar disponível um mecanismo para fazer uma pausa ou parar o áudio, ou um mecanismo para controlar o volume do áudio, independentemente do nível global de volume que o sistema deve disponibilizar.	Parcialmente
17	A apresentação visual de texto e imagens de texto tem uma relação de contraste de, no mínimo, 2.4:1, exceto para texto ampliado, texto em plano secundário e logotipos.	Parcialmente
18	Texto em tamanho grande e as imagens compostas por texto em tamanho grande têm uma relação de contraste de, no mínimo, 3:1.	Parcialmente
19	Exceto para legendas e imagens de texto, o texto pode ser redimensionado sem tecnologia assistiva em até 400% sem perder conteúdo ou funcionalidade.	Totalmente
20	Se as tecnologias que estiverem sendo utilizadas puderem proporcionar a apresentação visual, é utilizado texto para transmitir informações em vez de imagens de texto, exceto quando a imagem de texto pode ser visualmente personalizada de acordo com os requisitos do usuário e uma determinada apresentação de texto é essencial para as informações que serão transmitidas.	Não atende
21	A apresentação visual do texto e imagens de texto tem uma relação de contraste de, no mínimo, 7:1, exceto para textos ampliados, texto em plano secundário e logotipos.	Parcialmente
22	Texto em tamanho grande e as imagens compostas por texto em tamanho grande têm uma relação de contraste de, no mínimo, 2.4:1.	Parcialmente
23	Para conteúdo composto por apenas áudio pré-gravado que contenha essencialmente fala em primeiro plano, que não seja um CAPTCHA de áudio ou logotipo de áudio e não seja vocalização com o objetivo de ser, essencialmente, expressão musical, tal como cantar ou fazer batidas, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: o áudio não contém sons de fundo, os sons de fundo podem ser desligados ou os sons de fundo são, no mínimo, 40 decibéis mais	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
	baixos que o conteúdo da voz em primeiro plano, com a exceção de sons ocasionais que duram apenas um ou dois segundos.	
24	Para a apresentação visual de blocos de texto, um mecanismo está disponível para se obter o seguinte: as cores do primeiro plano e do plano de fundo podem ser selecionadas pelo usuário; a largura não tem mais do que 80 caracteres ou glifos (20 se CJK); o texto não é justificado (alinhado a ambas as margens esquerda e direita); o espaçamento entre linhas (principal) tem, no mínimo, um espaço e meio nos parágrafos, e o espaçamento entre parágrafos é, no mínimo, 1,4 vezes maior do que o espaçamento entre linhas; o texto pode ser redimensionado sem tecnologia assistiva em até 400%, de modo que o usuário não necessite rolar horizontalmente para ler uma linha de texto em uma janela em tela cheia.	Não atende
25	As imagens de texto só são utilizadas por questões meramente decorativas ou quando uma determinada apresentação de texto é essencial para a informação que está sendo transmitida.	Parcialmente
26	Toda a funcionalidade do conteúdo é operável através de uma interface de teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual, exceto quando a função subjacente requer entrada de dados que dependa da cadeia de movimento do usuário e não apenas dos pontos finais.	Parcialmente
27	Se o foco do teclado puder ser movido para um componente da página utilizando uma interface de teclado, então o foco pode ser retirado desse componente utilizando apenas uma interface de teclado e, se for necessário mais do que as setas do cursor ou tabulação ou outros métodos de saída normalmente utilizados, o usuário deve ser informado sobre o método para retirar o foco.	Não atende
28	Toda a funcionalidade do conteúdo é operável através de uma interface de teclado sem requerer temporizações específicas para digitação individual.	Parcialmente
29	Para cada limite de tempo definido pelo conteúdo, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: o usuário pode desligar o limite de tempo antes de atingi-lo; ou o usuário pode ajustar o limite de tempo antes de atingi-lo, num intervalo de, no mínimo, dez vezes mais do que a configuração padrão; ou o usuário é avisado antes de o tempo expirar e tem, no mínimo, 40 segundos para prolongar o limite de tempo com uma simples ação (por exemplo, “pressionar a barra de espaços”), e o usuário pode prolongar o limite de tempo, no mínimo, dez vezes; ou o limite de tempo é uma parte necessária de um evento	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
	em tempo real (por exemplo, um leilão), e não é possível nenhuma alternativa ao limite de tempo; ou o limite de tempo é essencial e prolongá-lo invalidaria a atividade; ou o limite de tempo é superior a 40 horas.	
30	Para informações em movimento, em modo intermitente, em deslocamento ou em atualização automática, todas as seguintes afirmações são verdadeiras: em movimento, em modo intermitente, em deslocamento: para quaisquer informações em movimento, em modo intermitente ou em deslocamento, que (1) sejam iniciadas automaticamente, (4) durem mais de cinco segundos e (3) sejam apresentadas em paralelo com outro conteúdo, existe um mecanismo para o usuário colocá-las em pausa, pará-las, ou ocultá-las, a menos que o movimento, o modo intermitente ou o deslocamento façam parte de uma atividade, na qual sejam essenciais; e em atualização automática: para quaisquer informações em atualização automática, que (1) sejam iniciadas automaticamente e (4) sejam apresentadas em paralelo com outro conteúdo, existe um mecanismo para o usuário colocá-las em pausa, pará-las, ou ocultá-las, ou controlar a frequência da atualização, a menos que a atualização automática faça parte de uma atividade na qual seja essencial.	Não atende
31	A temporização não é uma parte essencial do evento ou da atividade apresentada pelo conteúdo, exceto para mídia sincronizada não interativa e eventos em tempo real.	Não atende
32	As interrupções podem ser adiadas ou suprimidas pelo usuário, exceto interrupções que envolvam uma emergência.	Não atende
33	Quando uma sessão autenticada expira, o usuário pode continuar a atividade sem perder dados após a nova autenticação.	Não atende
34	As páginas web não incluem nenhum conteúdo que pisque mais de três vezes no período de um segundo, ou o flash encontra-se abaixo dos limites de flash universal e flash vermelho.	Totalmente
35	As páginas web não incluem qualquer conteúdo que pisca mais de três vezes no período de um segundo.	Totalmente
36	Um mecanismo está disponível para ignorar blocos de conteúdo que são repetidos em várias páginas web.	Não atende
37	As páginas web têm títulos que descrevem o tópico ou a finalidade.	Totalmente
38	Se uma página web puder ser navegada de forma sequencial e as sequências de navegação afetarem o significado ou a operação, os componentes que podem ser focados recebem o foco em uma ordem	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
	que preserva o significado e a operabilidade.	
39	A finalidade de cada link pode ser determinada a partir do link sozinho ou a partir do texto do link com seu respectivo contexto determinado por meio de código de programação, exceto quando a finalidade do link for ambígua para os usuários em geral.	Parcialmente
40	Está disponível mais de uma forma para localizar uma página web em um conjunto de páginas web, exceto quando a página for o resultado, ou uma etapa, de um processo.	Não atende
41	Os cabeçalhos e os rótulos descrevem o tópico ou a finalidade.	Parcialmente
42	Qualquer interface de usuário operável por teclado dispõe de um modo de operação em que o indicador de foco do teclado está visível.	Parcialmente
43	Um mecanismo está disponível para permitir que a finalidade de cada link seja identificada a partir apenas do texto do link, exceto quando a sua finalidade for ambígua para os usuários em geral.	Parcialmente
44	Os cabeçalhos da seção são utilizados para organizar o conteúdo.	Totalmente
45	O idioma humano predefinido de cada página web pode ser determinado por meio de código de programação.	Totalmente
46	O idioma de cada passagem ou frase no conteúdo pode ser determinado por meio de código de programação, exceto para nomes próprios, termos técnicos, palavras de idioma indeterminado e palavras ou frases que se tornaram parte do vernáculo do texto que as envolve.	Não atende
47	Um mecanismo para identificar definições específicas de palavras ou expressões utilizadas, de uma forma restrita e incomum está disponível, incluindo expressões idiomáticas e jargões.	Não atende
48	Está disponível um mecanismo para identificar a forma expandida ou o significado das abreviaturas.	Não atende
49	Quando o texto exigir uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental), após a remoção dos nomes próprios e títulos adequados, um conteúdo suplementar, ou uma versão que não exija uma capacidade de leitura mais avançada do que o nível de educação secundário inferior (equivalente no Brasil aos últimos anos do ensino fundamental) está disponível.	Não atende
50	Um mecanismo está disponível para identificar a pronúncia de palavras, em que o seu significado no contexto é ambíguo se a pronúncia não for conhecida.	Não atende
51	Quando qualquer componente recebe o foco, não inicia uma alteração	Parcialmente

Item	Descrição	Avaliação
	de contexto.	
52	Alterar a definição de um componente de interface de usuário não provoca, automaticamente, uma alteração de contexto, a menos que o usuário tenha sido avisado sobre esse comportamento antes de utilizar o componente.	Parcialmente
53	Os mecanismos de navegação que são repetidos em múltiplas páginas web dentro de um conjunto de páginas web ocorrem na mesma ordem relativa a cada vez que são repetidos, a menos que seja iniciada uma alteração pelo usuário.	Parcialmente
54	Os componentes que têm a mesma funcionalidade em um conjunto de páginas web são identificados de forma consistente.	Parcialmente
55	As alterações de contexto são iniciadas apenas a pedido do usuário, ou um mecanismo para desativar essas alterações está disponível.	Parcialmente
56	Se um erro de entrada for automaticamente detectado, o item que apresenta erro é identificado e este é descrito para o usuário em texto.	Parcialmente
57	Rótulos ou instruções são fornecidos quando o conteúdo exigir a entrada de dados por parte do usuário.	Parcialmente
58	Se um erro de entrada for automaticamente detectado e forem conhecidas sugestões de correção, então as sugestões são fornecidas ao usuário, a menos que coloque em risco a segurança ou o propósito do conteúdo.	Não atende
59	Para páginas web que façam com que ocorram responsabilidades jurídicas ou transações financeiras para o usuário, que modificam ou eliminam dados controláveis pelo usuário em sistemas de armazenamento de dados, ou que enviem respostas de teste do usuário, no mínimo, uma das seguintes afirmações é verdadeira: os envios de informações são reversíveis; os dados introduzidos pelo usuário são verificados quanto à existência de erros de entrada e é oferecida ao usuário uma oportunidade de corrigi-los; um mecanismo está disponível para rever, confirmar e corrigir as informações antes de finalizar o envio.	Parcialmente
60	Está disponível ajuda contextual.	Parcialmente
61	Para páginas web que exijam que o usuário envie informações, no mínimo, uma das seguintes informações é verdadeira: as submissões são reversíveis; os dados introduzidos pelo usuário são verificados quanto à existência de erros de entrada e é oferecida ao usuário uma oportunidade de corrigi-los; um mecanismo está disponível para rever, confirmar e corrigir as informações antes de finalizar o envio.	Não atende

Item	Descrição	Avaliação
62	No conteúdo implementado utilizando linguagens de marcação, os elementos dispõem de tags completas de início e de fim, os elementos são aninhados de acordo com as respectivas especificações, os elementos não contêm atributos duplicados, e quaisquer IDs são exclusivos, exceto quando as especificações permitem essas características.	Não atende
63	Para todos os componentes de interface de usuário (incluindo, mas não se limitando a: elementos de formulário, links e componentes gerados por scripts), o nome e a função podem ser determinados por meio de código de programação; os estados, as propriedades e os valores, que possam ser definidos pelo usuário, podem ser definidos por meio de código de programação; e a notificação sobre as alterações desses itens está disponível para os agentes de usuário, incluindo as tecnologias assistivas.	Parcialmente